

# O PORTUGUEZ.

JORNAL HISTÓRICO, POLÍTICO, E LITTERARIO

*Bazeado nestes principios*

PATRIA, RELIGIÃO, MONARCHA, E LEI.

*Por humma Sociedade de Litteratos.*

A Religião he a alma das Nações; e o Governo que se baseia nestes principios, faz a ventura dos povos, quando áquelle preside o necessario credito, e justiça: á estes, os bem formados costumes.

(OS REDACTORES.)



DEZEMBRO DE 1838.



**BAHIA.**

NA TPP. DE SERVA E COMPANHIA

Rua do Bispo n. 29.

1838.



## PROSPECTO.

# O PORTUGUEZ.

JORNAL HISTORICO, POLITICO, E LITTERARIO BASEADO  
NESTES PRINCIPIOS

PATRIA, RELIGIAO, MONARCHA E LEI.

**S**i o maior serviço, que se póde fazer a qualquer Nação, he sem duvida, o de bem guiar a opinião Publica, parece que da mais importante tarefa se faz cargo o publico escriptor, quando, bem longe de uzurificar de seus escriptos, lança mão da imprensa, (esse unico baluarte dos Povos livres) para fazer ver aos mesmos Povos seus direitos, lembrar-lhes a gloria de seu nascimento, inspirar-lhes a virtuoza emulação do recto, e do justo, ministrar-lhes as ideias capazes de lhes restaurar a perdida, e produzir nova felicidade, e com a arma do raciocinio vencer as mais predominantes paixoes, e regular-lhes os actos da vida civil, e politica.

Póde hoje sem duvida passar por maxima, que os tresvários populares, e governativos tem levado quasi ao tumulo as terras de Lysia, e de Cabral; humma, depois de ter sido grandemente respeitada e estimada pelo mundo civilisado: outra, a mais capaz, e de mais proporens para ser o Eden das Naçoens cultas, e susceptivel da maior riqueza, e felicidade, mas, que sendo muito em theoria he quasi nada na pratica.

Já foi Portugal o templo dos braçoens das armas e o alcagar das sciencias; hoje os grandes filhos de Affonso Henrique veem com demerito seu primar nas mesmas armas, e sciencias os Brittoens, e a prole dos antigos Gallos, Vandalos, Gódos, e Visi-Gódos:

sua decadencia tem crecido consideravelmente : e o Brasil , que mamentado com o leite Portuguez , obra inda hoje por impulse immediato d'aquella Nação, no pensar do filosofo contemplativo marcha com gigantescos passos para o regresso de toda prosperidade Nacional.

Em vista pois com o que acabamos de dizer , e esperancosos de que inda tantos males são susceptiveis de alguma cura; pretendemos dar á luz o periodico—O PORTUGUEZ—no qual não haverá o menor lugar á invectivas pessoas , calumnias, satiras venenosas, e alluzoens degradantes, será preenchido pela maneira seguinte.

Sendo o — PORTUGUEZ — hum jornal todo litterario , e só alguma cousa politico , abrangerá em si 4 artigos differentes ; 1.º — IMPERIO DO BRASIL — 2.º — RESENHA DO ESTADO , E MOVIMENTOS DA EUROPA — 3.º — PORTUGAL — 4.º — VARIEDADES : seo formato será huma brochura em 4.º : sahirá mensalmente : a subscrição será de 8 rs. por trimestre , e 7\$200 por 6 mezes , pagos no momento da recepção do 1.º n.º

O Artigo — IMPERIO DO BRASIL — abrangerá tres partes; 1.ª Historia, Estatistica, e colonisação. 2.ª Politica. 3.ª Litteratura , Sciencias , e Artes.

O Artigo — RESENHA DO ESTADO , E MOVIMENTOS DA EUROPA — por seo mesmo titulo dispensa definição.

O Artigo — PORTUGAL — dividido em 4 partes conterá na 1.ª Historia antiga , e moderna de Portugal; na 2.ª Politica : na 3.ª Armas, e economia interna; na 4.ª Litteratura Portugueza.

O Artigo — VARIEDADES — maximas sublimes , e pensamentos moraes.

Subscreve-se para o PORTUGUEZ na Cidade baixa na loja da Gazeta á Santa Barbara , e na quina das grades de ferro , loja de charutos n.º 78 ; e na Cidade alta na rua direita da Misericordia na loja do Sr. José Francisco Nonviis, e na rua do Bispo na Typographia da Aurora , n.º 29.

# © PORTUGUEZ.

JORNAL HISTORICO, POLITICO, E LITTERARIO.

## PARTE 1.ª

### ARTIGO 1.º

## IMPERIO DO BRASIL.

✍ POR D. PEDRO 2.º, E PELA LEI.

## INTRODUCCÃO.

SEndo inherente ao escriptor a restricta obrigação de dar inteira satisfação de seos projectos, e fins ao Publico, para quem escreve; á ninguém parecerá ocioso, ou extemporaneo, que nós, antes de entrarmos nas materias signaladas em o nosso Prospecto, passemos a expender todas as razoes, tanto ás que nos induziram a escrever — o PORTUGUEZ — jornal, que, por isso, deveria ser redigido não por Brasileiros, quanto as que nos movem a dar um artigo sob o titulo — IMPERIO DO BRASIL — collocarlo em primeiro lugar, e fazer aparecer este 1.º N.º no dia 2 de Dezembro, Anniversario do Natalicio de S. M. I. o Sr. D. PEDRO 2.º

As circumstancias de relacoes immediatas, e a afinidade, que, até em seos permoneos, tem todos os negocios do Brasil com os de Portugal, poem a qualquer escriptor na estreita necessidade de não poder fallar em

Hum, sem que em Outro falle, mórmente quando se tenha de tocar na parte historica, politica, e litteraria de qualquer d'estas duas Naçoens. Podemos justificar como axioma, o quanto acabamos de expender; porque, si não he possivel percorrer os factos de Portugal, d'esde quando Ducado de 1094, e mostrar a sua origem sem que se traga á memoria a casa de Capéto, Rei da França, os predicaos da antiga Luzitania, dominios dos Romanos, conquistas dos Mouros, e o reino de Hespanha, d'onde traz sua origem: igualmente, já mais possivel será, que se descreva Portugal áquem de 1500, sem que de mixtura se involva a historia do Brasil, ou se toque no nascimento d'Este, sem que se faça menção da gloria d'Aquelle. Reconhecida já foi, e já demonstrada esta verdade. Mr. de Beauchamp querendo dar á luz a sua — HISTORIA DO BRASIL — apresenta como introdução o Reino de Portugal d'esde o anno 1139 á 1499, para em 1500 poder apresentar o descobrimento do Brasil, e seguir d'ahí por diante; e todos os outros escriptores respeitaveis inda se não poderam eximir d'esta obrigação, mesmo porque sem nexo não pdóe permanecer a veracidade da historia. Huma vez provada a necessidade de contemplar-se huma d'estas Naçoens na referencia historica, e mesmo politica da outra, dada está a razão porque os Redactores do — PORTUGUEZ — intromettem n'este jornal o Art. — IMPERIO DO BRASIL —: e como com toda a facilidade o espirito humano vai do conhecido ao desconhecido, sendo elle impresso na

Bahia, e lido primeiramente pelos Nacionais, e mais residentes no Brasil, pelo conhecimento dos factos de que se he testemunha. com facilidade tirar-se-há huma illação exacta d'aquillo que nos vêm por tradição.

Sempre costumaram os escriptores, para dar mais valia á suas obras, acubertal-as com o nome de qualquer alta Personagem; entre tanto os Redactores do — PORTUGUEZ, Brasileiros, amigos da ordem, e defensores do Throno, fahariam mesmo ao seo maior dever, si não chamassem em apoio do resultado de suas lucubragoens, e trabalhos, o Augusto Nome do Sr. D. PEDRO 2.º, prestando como testemunho de amor, e respeito ao mesmo Sr. a escolha, que fizeram do Dia 2 de Dezembro, para a publicação do 1.º N.º do — PORTUGUEZ.

O carregado aspecto que apresentam os futuros destinos do Brasil, e não menos os do infeliz Portugal, são justamente os mais fortes incentivos, que movem a rude penna dos Redactores do — PORTUGUEZ, que possuidos dos verdadeiros sentimentos do homem cosmopolita, chamam a attenção dos Brasileiros sobre a série de successos do Brasil, bem como á dos Portuguezes sobre o infeliz Portugal. Inda há tempo de se salvar estas duas importantes Naçoens; por tanto recobre-se novo valor: preste cada qual seo contingente, e o Throno se sustentará, as Leis terão seo inteiro vigor, e produzirão o devido effeito: e o verdadeiro patriotismo alentará a Patria hoje consideravelmente abatida. Como a

Nação Portugueza conta milhares de subditos derramados sobre a superficie do globo, e á todos cumpre tomar novo calor pela prosperidade da Patria de Vasco da Gama, e Camoens, mesmo aquelles que não são oculares testemunhas dos patrios males; queiram esses bons Portuguezes tomar em consideração as verdadeiras ideias do grande Freire de Carvalho, emitidas na prefacção do seo — Ensaio historico-político sobre a Constituição, e Governo do Reino de Portugal — que transcrevemos aquí, e são as seguintes —

No estado actual da Europa não há nação, que tenha chegado á humã condicção tão deploravel, como aquella, em que hoje se acha Portugal. Tendo sido humã das Nações, proporcionalmente fez a mais brilhante figura na Europa moderna, pela ousadia das suas navegações, e pela fortuna das suas descobertas, presentemente he uma, das que se achão mais decahidas da sua primitiva grandeza. Em vão por duas vezes tem visto Portugal o momento de sahir d'esta sua desgraçada situação, a 1.<sup>a</sup> no anno de 1820, e a 2.<sup>a</sup> em 1826: mas os fataes destinos, que o perseguem, se tem sempre opposto á sua tão necessaria politica regeneração. Parece que toda a superstição, toda a ignorancia, e todos os abusos domesticos, assim como todos os esforços da politica estrangeira, se tem de commum accordo combinado para perpetuarem suas infellicidades, e aggravarem suas misérias. Hoje mesmo que Portugal soffre, o que se tem ouvido, ou lido de mais horroroso, já não digo

dos tempos mais infelizes de Roma, mas da feroz, e barbara historia dos serrallhos de Constantinopla, nem huma só potencia, nem um só governo Europeo tem lançado olhos de piedade sobre hum paiz, que foi o primeiro em abrir as portas do Oriente, e em ser hum dos principaes instrumentos da civilização da Europa! Em taes circumstancias, e em taes tempos, poderá por ventura julgar-se improprio, que hum dos milhares de Portuguezes, proscriptos por sua firmeza, e por sua lealdade, levante a voz em favor da sua patria, e denuncie ao mundo as causas verdadeiras, porque ella tem chegado ao deploravel estado, em que hoje a tem posto huma brutal uzurpação? (1) Não são estas tão sómente os interesses dos inveterados abuzos domesticos, porém as mais poderozas, e as mais efficazes são os interesses insulares estrangeiros. Assim a causa de Portugal não he simplesmente huma causa Portugueza; he huma causa *continental Europea*. Inglaterra, a quem hoje Portugal só deve afrontas, e insultos, depois de lhe ter dividido a maior porção de seo aviltamento, ignorancia, e pobreza, vê, que não pôde continuar á governar-nos, como o tem feito até agora, senão conservando-nos ignorantes, e escravos; e eis-aqui a razão,

---

(1) Era em 1830 a uzurpação quem levava Portugal á borda do precipicio; hoje os tresvarijs politicos, e a sede do mando, talvez o levem de rôjo ao tumullo. A mais cancroza molestia das Naçoens he a guerra civil!!!  
Os Redactores.

porque debaixo de huma hypocrita neutralidade, está auxiliando o usurpador, e a usurpação, (2) e maltratando, perseguindo, e até insultando de palavras á todos os que se que-rem emancipar de seo jugo vil, e funesto. E para que fins emprega taes artes sua atroz politica, ou seo profundo egoismo? Para fazer de Portugal hum docil instrumento de todas as suas ambiçoens. (3)

Até aqui Portugal era olhado por Inglaterra em dois diversos pontos de vista; o primeiro commercial, e o segundo militar, e politico. Quanto aos interesses do primeiro, estão estes quasi exaustos, porque tendo a influencia Ingleza dado cabo de toda a nossa industria, e commercio, e em consequencia d'isto, tendo-nos levado todos os nossos metaes preciosos, pouco já nos resta para lhe darmos em troca do máo vestido, e alimento, que nos mandam. (4) Não estão porém n'este mesmo caso os interesses do segundo; porque na entrada de Lisboa se conserva ain-

---

(2) Não tem acontecido isso sómente com Portugal!! ha mais quem se queixe d'isso. Bom he, em quanto não apparecem protestos, e requisiçoens.

(3) Ricos tem sido os tratados de mutualidade franceza entre o Brasil e Inglaterra!! que proveitos não tem tirado o Brasil!!! e si acaso se não acordar; com renovaçoens de avultadissimos emprestimos, cambios, e sobre-cambios, premios, e premios de premios, onde hirás pagar pobre Brasil??!!..

(4) Ainda por lá ha esse pouco; na Bahia nada resta, e nem poderá restar, porque até huma pequena fabrica de sabão soffreu a mais crúa guerra.

da hum espagozo, e magnifico porto, em que póde recolher as suas esquadras, e no territorio de todo o Portugal ainda tambem se conserva o mesmo terreno, para n'elle formar um grande acampamento das suas, e nossas tropas, para com ellas ameaçar, ou invadir o continente. Assim Inglaterra hoje só considera Portugal como huma fortissima posição militar, que ella póde guarnecer, e fortificar, quando lhe convier; e por isso, para a ter sempre prompta, e desembarçada, he necessario, que aquelles, que a guardam, se conservem ignorantes, e escravos, para que constantemente lhe sejam obedientes.

He hum facto, que não necessita demonstração, que a politica do gabinete Britanico he essencialmente inimiga do continente; porque sem a vassalagem, ou ignorancia d'elle não póde Inglaterra prosperar, e toda sua grandeza está fundada na pobreza, ou no abatimento das naçoens continentaes. Assim he a mesma Inglaterra tambem essencialmente *in-social*, porque não póde ser poderosa sem que os povos do continente sejam miseraveis. D'aqui tem nascido todas as guerras, com que tem assolado o mesmo continente, as quaes guerras não tem tido outro fim, senão para n'elle destruir todo commercio, e industria. O mesmo furor, que o gabinete Inglez manifestou contra a revolução de França, não foi por amizade á familia dos Bourbons, porque as dynastias para elle são indifferentes, mas porque temeo as novas luzes, que a mesma revolução hia espalhar, e por isso fez tudo,

ainda que de balde, para as suffocar. Este mesmo furor, ainda que mais disfarçado, e hypòcrita, com que a politica Ingleza perseguio não só a regeneração do annò de 1820, mas está ainda agora perseguindo a Carta constitucional de 1826, não tem outro fim se não o impedir as luzes, que entre nós podem resultar d'esta nova ordem de coisas, e por consequencia a emancipação, que por ellas havemos necessariamente conseguir.

Assim, segundo o que fica exposto, sendo verdades innegaveis, 1.º que a prosperidade de Inglaterra só está fundada na miseria, e ignorancia das outras nações; 2.º que a mesma Inglaterra he essencialmente rival, e inimiga do continente, porque á toda hora receia, que este por suas luzes, industria, e commercio, lhe roube o monopolio antigo, com que tem senhoreado a Europa: 3.º e que só de Portugal ella póde ameaçar o continente, e fazer-lhes novas guerras, como até agora lhe tem feito, para destruir sua industria, o commercio: bem claro he, que a presente causa de Portugal, não he simplesmente huma causa Portugueza, mas huma causa *continental Europea*. Não podem os Inglezes pôr hum pé firme fóra da sua ilha, a não ser em Portugal; e d'ali, á similhança da aguia, que faz seo ninho no mais alto cume dos rochedos, para melhor vêr a preza, que lhe fica debaixo de seos olhos penetrantes, he que elles tambem só podem lançar os olhos sobre o continente, e marcar as victimas, que n'elle pretendem devorar. A alta, e não espera-

da fortuna, que tiveram na ultima guerra continental, fortuna, que os conduzio, até poderem vencer o maior capitão d'este século, nunca haveria seguido as suas bandeiras, se dentro de Portugal, não tivessem seguramente formado seos planos, e si ao mesmo passo ali se não tivessem fortalecido com o valor Portuguez, ao qual lord Wellington deve a sua gloria.

He pois do interesse continental Europeo, e com muito maior especialidade he do interesse da França, de quem Inglaterra tem sido, he, e será sempre huma implacavel rival, e inimiga, o auxiliar Portugal contra a presente feroz usurpação, sobre a qual funda o gabinete Britanico todas as esperanças do seo eterno dominio continental. Além dos grandes, e mui importantes interesses, que n'isto tem todo o continente, e particularmente a França, esta, e o resto da Europa continental ganharaõ ainda muita fama, e respeito por livrarem Portugal, não só do jugo atroz do usurpador, mas d'esse mesmo jugo estrangeiro, que por não ser apparentemente tão barbaro, não deixa por isso de ser menos funesto.

Os motivos que, por tanto, induziram o author á escrever esta obra foram não só o mostrar aos Portuguezes o direito, que elles tem á ser constitucionalmente governados, mas igualmente á Europa continental o interesse, que ella tem na consolidação de hum tal governo. —

A Europa continental tem por necessida-

de proteger o governo constitucional Portuguez; todos os amigos da liberdade, e prosperidade das Nações devem olhar como huma necessaria precisaõ a prestaçã de contingentes, para que nenhum povo retrograde da sua feliz carreira de emancipaçã: e praza Deos, que, deposto o egoismo nacional, todos os homens se destinassem á promover a mutua felicidade!!.. O Brasil, não menos que Portugal, exige huma prompta cura, e muito radical. Si este lucha á braços com a fera da usurpaçã, aquelle lucha com a hydra do egoismo, e antinacionalidade, que inda he peor monstro, que o usurpador. Gemo Portugal pelos caprixos de hum Principe, que, esquecido das utilidades patrias, só olha á seo empossamento da Corõa, que lhe não he devida, e inda hoje, qual esterqueira ardendo, faz guerra surda á legitimidade, opiniaõ, e venturas dos Portuguezes; não menos geme o Brasil entregue aos furores da usurpaçã mechanica, (mil vezes peor que a Monarchica) e cevando os cancos roedores, que o vão corcomendo, talvez busque o verdadeiro antidoto, quando seo mal já se torne incuravel. Huma indigestão politica tem arruinado o Brasil; e huma apoplexia nacional se propoem a dar garrote á Portugal. Por tanto esforço, sinceridade, e character, si ambas estas Nações quizerem ter Patria, e gozar do honrozo titulo de Povos livres.

Quizeram os Redactores do — PORTUGUEZ ter a fecundidade de Chataubriant, a eloquencia de Mirabau, e a finura politica de Mer-

107

cier para aventar ideias proficuas, e apresentar os meios capazes de salvar estas duas bellas Naçoens! mas, sirvam-lhes ao menos os bons desejos, e seos erros mereçam toda desculpa da gente illustrada, por isso mesmo que serão filhos, sim de entendimento, mas nunca de vontade.



## IMPERIO DO BRASIL.

Foi justamente o anno de 1500 o mais venturoso nos annaes Portuguezes; foi justamente n'esta época, que as prôas luzas vieram abrir as portas á toda riqueza do Oriente. O Brazil, esse Paraizo do novo mundo, onde (na fraze do sabio Beauchamp) a primavera he quasi eterna, o clima sadio, o sólo rico, e fecundo, os rios numerosos, e navegaveis, os portos hospitaleiros, e multiplicados, as raças quer de homens, quer de brutos assaz vigorozas, as florestas profundas, e magnificas, e as motanhas preñhes de todos os metaes preciozos, com duplicada ventura veio a ter em 25 de Abril a sua descoberta, e em 3 de Maio do mesmo anno de 1500 a passar de patria de gentios á terra da SANTA CRUZ, e d'esta arte a beijar a primeira pedra do templo de sua futura civilização, prosperidade, e politica emancipação. Bastante ocioso seria, fazer-mo-nos cargo de enumerar miudamente a parte historica do Brasil nas trez differentes épochas politicas d'esde seu

descobrimto até a data da sua elevação á Imperio. Ninguém ignora, que no reinado d'El-Rei D. Manoel, he que teve lugar o descobrimento d'esta vasta região, que na hypothese do sabio Casado Giraldes, abrange quasi 2/5 da America meridional. Igualmente todos sabem, que no reinado de D. João 3.º, em 1532, foi organizado o Brasil em 14 capitarias hereditarias; em 1572 dividido em dez estados; e em 1817 dividido em 20 Provincias. Tanto já presentiam os nossos descobridores a futura Independencia do Brasil!! Todos os mais promenores da historia do Brasil acham-se miudamente tractados quer por Mr. de Beauchamp, quer em Casado Giraldes, quer na Corographia Brasilica, e quer nas Memorias Historicas da Provincia da Bahia: occupar-nos hemos por tanto de coizas, que não só adiantem alguma coiza fora do que se têm, tanto, e geralmente escripto, mas tambem offereça melhor entretenimento aos nossos leitores.



## POLITICA.

Os governos de todas as Naçoens nenhuma outra coiza são, senão os paes das grandes familias á elles confiadas; e por isso, bem como hum pae, quando zelozo, e carinhoso, quando recto educador de seos filhos, quando promovendo o seo bem estar, e dando-lhes edificantes exemplos, agita-lhes a fortuna, ganha-lhes a amizade, e ligados na mais

perfeita harmonia prodigalizam-se mutuamente prazeres, e venturas: assim tambem, quando hum governo protege o commercio, promove a industria, anima a lavoura, apatrocina as artes, e as sciencias, sustenta o credito publico, e o character Nacional, premeia os bons, e castiga os criminosos, seja qual for a sua formula politica, apparece a confiança publica na população, as classes se conservam satisfeitas, melhoram-se os costumes, desaparecem as ideias revolucionarias, e o mutuo amor, e respeito consolida a liga entre os governados, e governantes, sendo seo feliz resultado a sustentação do governo, e a prosperidade Nacional. A China, o mais antigo Imperio do mundo moderno, tem sido d'esde seo começo governada pelo mais feroz despotismo; mas com a recta observancia das suas leis, inda' que de ferro, e com a sustentação de sua religião (a Mahometana) tem-se sustentado té o presente a mais rica, e independente de todo o mundo. A Inglaterra com hum governo puramente aristocratico tem se sustentado feliz, e hoje prima entre as Naçoens cultas da Europa; entretanto que os Helvecios com o governo Democratico gozam tambem de tranquillidade, riqueza, e respeito. A França nunca foi mais respeitada, e até tímida da maior parte do mundo, ão que no tempo de Napoleão, o Grande; e sendo estes ora Consul, e ora Imperador, como a causal existia na pessoa, e não na formula, o povo Francez só teve mingoa em sua gloria quando o mesmo Napoleão desviou-se da

vereda, que devia continuar a seguir. Bem conhecemos, que Cezar era soffrido dos Romanos com o titulo de Dictador; e quando coroado Imperador foi apunhalado no Senado; mas não se póde d'aqui dizer absolutamente que a mudança da formula motivou sua morte. Os Romanes profundamente escandalizados com a conducta dos 7 reis, té Tarquinio Soberbo, odeavam tanto o nome de rei, que com a elevação de Cezar, se lhe figurou o regresso ao tempo de ferro, e por isso deram-lhe a morte. Além disso os interesses de familias cruzavam-se; despertavam-se as sensibilidades populares: e a mesma razão, que motivou o ostracismo geral, ou antes banição da geração inteira dos Tarquínios, foi a que motivou completamente o infortunio de Cezar. Podemos tomar por axioma, *que o credo politico das massas limita-se tão somente ao seu melhoramento, e bem estar*; nos homens de letras, que em todas as Naçoens sempre são huma diminuta fracção da massa geral, he que justamente apparece o discernimento do bom, do melhor, e do optimo: e são esses, que á prol de seos sentimentos, interesses, e ardileza movem a populaça sob o pretexto de melhoramento, para conseguir os fins á que elles se dirigem. Ninguém poderá negar, que o coração humano propende sempre para o maior gráo de liberdade; mas como as vantagens pessoais commummente engodam a todos os homens, elles reciosos de perder suas comodidades, não querem arriscar a posse do bem presente pelo gozo de melhor futuro. He cer-

to, que em theoria governos existem menos máo; mas, inda não houve povo, que sendo bem governado aspirasse a este systema destruindo o que o tem felicitado. As mudanças de governo, quando instadas pelo povo, sempre são motivadas por desgosto, prejuizo, e ciúme, e tem por baze a massa dos descontentes; tambem as vezes apparecem motivadas pela ambição d'hum, ou d'outro ardiloso, que á prol de seos ambiciosos fins fascina as ideias populares com falsos pretextos: mas, he impossivel intrinsicco o sustentar-se uma revolução, que claramente marche diametralmente opposta aos interesses visiveis, e palpaveis do povo. Bem conhecidos são dos Inglezes os Americanos do Norte; e entretanto ainda não appareceo ao povo Inglez o desejo de imitar a fôrma de governo dos Estados Unidos. Não serão homens por ventura os Inglezes? Não terão coração, e n'elle não vegetará o amor pela liberdade? Ninguém negará. Não prefeririam elles ter uma inteira representação popular, á viverem sujeitos á milhões de tributos, e quasi perfeitamente escravos dos ricos, e dos Lords? De certo quereriam; mas a certeza das actuaes garantias, que gozam, elles não querem arriscar, pela futura melhora, que por ventura lhes possa provir da mudança. Reconhece o povo Inglez em seo governo todo zêlo, todo credito, e toda Nacionalidade; se quer transitar, acha as optimas estradas de ferro, e todas as commodidades auxiliadoras do commercio, e industria: as necessidades da vida lhe são remediadas, em proporção dos teres individuaes: todos os tri-

butos, que pagam, elles vêem reverter em publica utilidade: sua prosperidade publica elles conhecem, que se augmenta de dia em dia: a policia mais requintada lhes garante as vidas, e bens: uma armada respeitabilissima defende em qualquer parte do globo a pessoa, os direitos, e o nome do mais ordinario Inglezito, quanto ao mais elevado Tory: e o povo, que reconhece, e goza de tantas, e tão grandes vantagens, não he com facilidade, que aspira mudança de governo, mesmo porque, quando qualquer tente manejar as massas, a lei lhe recabe de prompto, e a mingoa dos interesses geraes faz-lhe a mais forte opposição, e crua guerra.

Estamos igualmente convencidos, que todo o cabedal da Inglaterra não bastaria, para seduzir um Captão Suíço á receber uma testa coroadá; assim como estamos capacitados, que para levar ao despotismo um povo, que provou uma vez ser livre, será preciso empregar trabalho na razão de 800 por cento, do que seria necessario para o abalar ao amor, e adhesão á liberdade: mas, o nosso unico fim he provar, *que todas as fórmulas de governo são capazes de fazer a felicidade dos povos, quando rectamente administradas, e que todas as explosões revolucionarias são sempre originadas de culpas dos governos, ou mais immediatas, ou mais remotas.*

Além dos governos Monarchico-absoluto Aristocratico, e Democratico, ha uma outra fórmula de governo, que he o mixto, ou Constitucional, o qual goza da solidez dos Monar-

chicos, e das garantias, e immuniidades dos Democraticos. Este pelo meio termo, que occupa, torna-se o mais apropriado para os povos civilisados; as Nações mais modernas o tem adoptado: e muitas das antigas tem procurado obtê-lo, por isso que he n'elle justamente, que melhor se combinam ao mesmo tempo os interesses da Corôa, e dos Povos. Mas, com quanto estejamos convencidos da melhora d'este a respeito dos outros, com tudo muitas são as Nações, que tendo Constituição, nem por isso ganham as necessarias vantagens. Quando se inutilisam os effeitos constitucionaes em qualquer Nação, muitos applicam esse transtorno politico, ou á excessiva liberalidade da Constituição, ou á pouquidade de garantias, que ella offerece aos povos; mas nós, convencidos pela pratica, e pelos exemplos, diremos, que se deve applicar á falta da recta observancia, e da litteral execução do Pacto fundamental, seja elle, qual fôr. Bem pouco liberal he a Constituição Inglesa, e entretanto a Inglaterra dá leis ao mundo moderno; a Constituição da França, um pouco mais liberal, que a Inglesa, produz salutaes, e vantajosos effeitos ao povo Francez: e a Constituição do Brasil, a mais livre, que se póde imaginar, bem longe de ter produzido o effeito esperado, tem apparentemente servido de obstaculo á melhora politica; (na fraze de alguns Brasileiros, mas nunca em nossa opinião;) o certo he, que o Imperio, outr'ora *aurifero, e diamantino*, está hoje (conforme alguns escriptores tem propalado) reduzido á *papelifero Imperio orsaõ de preciosi-*

22  
dades. Parece-nos ter provado sufficientemente em as nossas proposições — que julgamos que os bens, e os males das Nações não provém das formulas governativas, mas sim do acerto, ou dos erros dos respectivos governos. — *Terminaremos ao assumpto.*

O BRASIL E A EMIGRAÇÃO EUROPEA.

ARTIGO I.

O Brasil he de todas as regiões conhecidas aquella, que offerece maiores vantagens aos que querem procurar fóra da patria um paiz para se estabelecerem, seja na agricultura, seja no commercio, seja nas artes fabrís, ou em qualquer dos outros ramos da Industria: neste numero limitar-nos-hemos a ponderar algumas dessas vantagens na relação da agricultura e economia rural.

O Brasil pela extensão do seu territorio, variedade e doçura dos seus climas, composição e natureza diversa das suas terras, e pelas differentes posições e latitudes, offerece ao agricultor um sólo extenso, fertilissimo, e proprio para todas, ou quasi todas as produções do antigo, e do novo continente: além dos generos preciosos, que até agora tem feito a sua riqueza; isto he, o assucar, o arroz, o café, o algodão, o tabaco, e outros bem conhecidos; o sólo do Brasil póde produzir em grande escala o anil e outros productos para tinturaria,

o chá, o cravo, e as outras especiarias de Ceilão, abundantissimas colheitas de diversos fructos oleosos, os cereaes, o linho e o canhamo, toda a qualidade de leguminosas e tuberosas, produtoras de fculas, a vinha, e talvez a oliveira, o que nos asseguraõ experiencias, que se tem feito em varias partes do Imperio.

E com que facilidade a terra dá aqui ao homem taõ abundantes riquezas? A terra do Brasil, em descango desde o diluvio, e talvez desde a creação, com todo o vigor natural não pede ao homem esses processos incessantes e laboriosos, esses amanhos successivos, esses adubos periodicos, que as terras da Europa exigem, para produzir uma colheita ordinaria: a derrubada e o fogo são os unicos alqueives que a terra brasileira exige: abrir uma pequena cova na terra inculta, e lançar nella a semente he o unico processo necessario: ella sem mais trabalho restitue ao homem centuplicado o producto, que lhe confiou.

E se da facilidade e fecundidade da cultura se passa ás necessidades da construcção das habitações, e dos estabelecimentos ruraes? A doçura do clima em toda a extensão do Brasil, dispensa essas construcções extensas e solidas, que nos paizes de altas latitudes são indispensaveis para abrigar não só o homem, mas os animaes do seo uso, do rigor das estações: um singelo edificio levantado pelo seo mesmo habitador com a madeira da sua derrubada, com o cipó que cresce nas immediações, e com o barro do proprio terreno, he habitação sufficiente para o cultivador, que principia o seo

est abolecimento; e o campo he o curral mais adequado para os rebanhos de todas as qualidades. Se o desenvolvimento das riquezas do novo agricultor o leva á construcção de edificios mais vastos, mais sólidos, e mais apparatusos, não he a necessidade da existência, mas o sentimento da commodidade, e a imitação das grandes povoações, que o inspira.

A' esta riqueza propriamente agraria accrescem outras não menos importantes, taes como a criação de gados de todos os generos, já presentemente origem de immensas riquezas em algumas Provincias, sem que para isso concorra mais do que a natureza destituida de todos os auxilios da arte, de todos os melhoramentos, que a industria tem introduzido, pelo roteamento, pela confecção de prados artificiaes, e pela sementeira de plantas annuaes da maior utilidade.

Igualmente a criação de cavallos e mulas, que do mesmo modo abundam em varias partes do Imperio, sem os beneficios, que este ramo de economia rural póde tirar de instituições auxiliaadoras da propagação de raças mais uteis, do cruzamento das existentes, de escolas e instituições veterinarias, e outros meios de melhoramento.

Do mesmo modo a mineração que, sabiamente dirigida, póde ainda produzir immensas, ainda que menos sólidas riquezas.

Da mesma sorte as pescarias tão abundantes, e faceis nas numerosas bahias, rios e costas do nosso immenso littoral; e assim tambem a fabricação da manteiga, a queijaria, o corte

das madeiras de construcção e de tinturaria, as immensas gommias, as infinitas plantas medicinaes, as innumeraveis qualidades de abelhas selvagens, a caça de tantos animaes de todas as classes e ordens, proprios para alimentar a industria; os objectos geologicos, proprios, como os anteriores, para dilatar e enriquecer as sciencias physicas; estas e outras quasi infinitas riquezas naturaes se-offerecem ao especulador europeu, que quizer vir procurar no sólo brasileiro, pela cultura, meios de viver, e um patrimonio abundante.

He verdade, que para serem utilizadas, todas estas vantagens para a população europea poder vir recolher tantas riquezas, muito convirá, que a legislatura e o governo concorram com medidas legislativas, e meios administrativos, que facilitem a emigração de familias laboriosas daquelle parte do mundo para esta região, e lhes assegurem os resultados do seu trabalho; mas este assumpto por sua importancia exige um artigo separado, que daremos na serie destas observações. Por agora basta-nos ter chamado a attenção do povo da Europa, e dos homens de estado do Brasil para este quadro de fecundidade, de riqueza natural, e de vantagens de toda a ordem, que offerece espontaneamente a incomparavel terra Brasileira.

(Do Vesp.)

# O PORTUGUEZ.

## PARTE PRIMEIRA.

### ARTIGO 2.º

#### RESENHA DO ESTADO, E MOVIMENTOS DA EUROPA.

Se no maior gráo de profusão de luzes se firma o augmento da civilisação, pode-se crer que a Europa, com gigantescos passos busca tocar o zínith do seo aperfeigoamento politico; as bellas Artes, já no tempo dos Gregos, reconhecidas como o meio efficiente do melhoramento dos costumes das naçoens, cada vez mais se augmentam, se aperfeigoam, e se deramam por toda ella: a Inglaterra, Nação nem por isso dada á poezia, e á muzica, hoje, além dos da população, conta sete poetas nos 7 membros do seo gabinete, e as mais distinctas personagens seguem o gosto de Onslow, admiram com prazer Paganini, e dão a devida importancia a Rossini, Mercadante, Bellini, Auber, e outros genios de que abunda a Alemanha, a Italia, e a França: a Alemanha conta 18,000 authores vivos; perto de 10,000 sabios, e homens de letras; dá leis ao mundo em Medicina, e Muzica; e em mechanica não he inferior á França, e á Inglaterra. A França de dia em dia cresce consideravelmente em todos os ramos, A Italia, com quanto retalhada, e infelizmente submettida á muitos, e differentes se-

nhorios, quanto vai podendo, trabalha por se  
 hir, augmentando; e se contar todos os gover-  
 nos com a propensão Patriótica, e bemfazeja  
 de um Carlos Alberto, poderá ainda um dia  
 arremediar á sua antiga grandeza. Os Suissos  
 vencem com a depurada industria as difficul-  
 dades motivadas pela aridez de seo sólo. A mes-  
 ma Turquia acaba de dar um passo de melho-  
 ramento de civilisação harmonisando-se com o  
 governo do Papa, o que he muito de admirar.

O systema dos Governos mixtos tem gras-  
 sado consideravelmente por toda a Europa, e  
 estamos certos que por proprios interesses os  
 mesmas Monarchas, que ainda não tem Cons-  
 tituição, procurarão offerece-las, o que lhes he  
 muito mais vantajoso.

A Hespanha inda infelizmente continúa na  
 luta contra o despotismo; e com quanto se possa  
 contar por certa a victoria dos liberaes, em que  
 ntrazo total não fica aquelle grande reino, sof-  
 frendo por tanto tempo a dessolação da guerra  
 civil?! Não se recuperam em 20 annos de paz  
 os prejuizos motivados por 5 annos de guerra  
 civil.

Com a captura, e morte de Remechido,  
 parecia que Portugal deveria melhorar muito  
 pelo desacorogoamento do partido absolutista;  
 mais infelizmente centenas de encobertos Re-  
 mechidos estão disseminados por todo o seo ter-  
 ritorio, e não perdendo tempo á seus fins, pla-  
 nejam tudo, tudo figuram, e tudo atropelam,  
 para que se desgostem os verdadeiros liberaes,  
 e elles, achando campo vasio, possam reven-  
 dicar seus desejos. Agora ultimamente asoa-

lham a proclamação da Rainha absoluta, e inventam imaginadas republicas; mas, nós convencemos, de que, nem S. M. a Senhora D. Maria II., querera cooperar para a sua propria queda, e desgraça total do Povo Portuguez, nem os Portuguezes amigos de sua Patria, sustentaculos da legitimidade, e ciosos de seus direitos, cederão á planos desastrosos, dando ouvidos, e contemporisando com as artimanhas da astuciosa, e absoluta usurpação.

Na Alemanha vai todos os dias ganhando terreno a opinião de que a Dieta se verá obrigada a intervir nos negocios de Hanover. Os deputados da opposição, antes de se encerrarem as Camaras, dirigiram um memorial á Dieta, que lhe dá o direito de tomar parte na questão, que ora agita toda a Alemanha. A Prussia, que em principio sustentava abertamente o Rei Ernesto, retirou-lhe esse apoio. A conducta d'este ultimo, quando, ha pouco, esteve em Berlim, alienou-lhe a affeição do monarcha Prussiano, e do seu Ministerio. Mas n'este negocio quão louvavel não he o comportamento da Dieta, que não tomando conhecimento do protesto da cidade de Osnaburgo contra o Rei de Hanover, resolveo assim: 1.º que não tomava conhecimento do protesto, por ser d'uma corporação particular, e não exprimir d'uma maneira legal a opinião da maioria. 2.º que a Dieta não podia deixar de deplorar, que o Rei de Hanover perturbasse a paz publica, e a harmonia, que devia haver entre os poderes do estado, abolindo a Constituição por um modo desusado. Esta resolução passou, não obstante

a opposição da Austria, Prussia, e Baviera; e he a primeira vez, que se adopta na Dieta uma resolução contra a vontade dos representantes daquellas potencias.

Quanto á Hollanda nos contentamos transcrever o Art. — Costumes dos Hollandezes — inserto no Jornal do Commercio n.º 224, que he o seguinte. Nada, diz o Sr. Nicholis, no relatorio, que á pouco apresentou ao governo inglez, póde comparar-se, e menos exceder a limpeza, azeio pessoal, e commodidades dos Hollandezes. Não vi uma só casa, ou uma só cerca, que necessitasse de reparo, ou um jardim, que não estivesse cuidadosamente cultivado. Não encontramos um só homem esfarrapado, ou sujo, nem tão pouco embriagado; e asseguram-nos, que a bastardia he cousa quasi desconhecida. Os Hollandezes parecem amar muito o seu governo, e poucos paizes possuem uma população, onde os deveres sociaes, e domesticos se desempenhem com tanta constancia. Uma economia esorupulosa, e a maior prudencia em todos os negocios, e cousas da vida são as virtudes carecteristicas de todas as classes. Despender toda a renda annual considerase como uma especie de crime; eis a razão, porque os Hollandezes podem arrostar, e vencer as maiores difficuldades physicas, e evitar de uma somma maior de commodidades, do que talvez existe em outro qualquer paiz.

Gozando a Europa de tantas vantagens, só a Paz, essa creadora da humanidade, não quer ter seu pouso na mais civilisada parte do mundo conhecido; tanto póde a cobiça humana,

que antepoem o prazer da riqueza, victorias, e conquistas ao celeste ocio, em que pôde vegetar amplamente a humanidade, aperfeigoar as faculdades intellectuaes, e livre de temores engrandecer-se internamente empregando simplesmente a derrama de luzes, o commercio, e a industria!!!

Muito tem occupado as potencias da Europa o dramma do Oriente, e seo disfecho; o Mediterraneo he o Theatro da scena, e as ultimas noticias, que temos, mostrãm o interesse geral, que tem causado á todos os povos europeos semelhante negocio.

Uma esquadra Turca composta de 5 Nãos, 7 Fragatas, seis embarcações menores, e um barco de vapor estava fundeada em Galioli, e estava prestes a sahir dos Dardanellos. A esquadra Franceza occupava a Bahia de Onflic, e devia seguir para Tenedos, lugar favoravel á sua missão, e compunha-se de 3 Nãos, e 3 Brigues. A esquadra Ingleza, commandada pelo Almirante Stopford, e composta de 4 Nãos, uma Fragata, e uma Curveta, dirigio-se de Mahon para Malta, e ahi encontrará a Náo Asia, e alguns Brigues, e se lhe devera também reunir as Nãos Pembroke, e Bellerophon. A esquadra do Egypto consta de 8 Nãos, 4 Fragatas, 4 Brigues, e um Vapor. Sendo a esquadra Franceza menor, que todas, e tendo de observar tantos pontos, de certo o governo Francez está muito certo das intenções da Porta.

Na Russia, nos ultimos annos do reinado de Catharina II., não havia senão 238 estabelecimentos de instrucção publica; este numero ele-

vou-se a 1,200 no reinado de Alexandre I.º :  
presentemente chega a 1,774. O numero dos  
professores, que não passava de 500 no tempo  
de Catharina, he actualmente de 6,000. A uni-  
versidade de S. Petersbourgo no anno de 1829,  
epoca de sua fundação, contava 46 estudantes;  
agora conta 352: o que bastante prova, que  
o amor pelas letras cresce de dia em dia; e,  
a proporção que sóhe o valor das Artes, e  
Sciencias, soffre baixa no mercado dos reis o  
genero do absolutismo.

Noticias de Quito, capital do Equador,  
parecem dar alguma consistencia (diz o Jorn.  
do Com.) ao que se annunciou sobre o esta-  
belecimento de uma passagem atravez do Isthmo  
de Panamá, por meio de um canal. Dizem,  
que uma companhia Franceza se encarregára  
da execução d'este grande trabalho, logo que  
estiver decidido, e que os fundos necessarios  
para sua conclusão tiverem sido subscriptos pe-  
los mesmos ricos habitantes, plantadores, e né-  
gociantes da Martinica. O jornal official do go-  
verno de Quito, contém uma carta á este res-  
peito, dirigida por Mr. Victor Becosse, ao pre-  
sidente da sociedade dos amigos do paiz em Pa-  
namá. Parece, que Mr. Becosse, e alguns ou-  
tros sabios, foram a Panamá para examinar os  
lugares, e certificarem-se dos meios que devem  
adoptar, para conseguir o trabalho projectado.

Estes sabios engenheiros partiram de Pa-  
namá em diversas direcções, e parece, que o  
resultado de suas investigações foi dos mais fa-  
voraveis. Elles consideraram inaduramente to-  
das as difficuldades da empreza, e apesar dos

numerosos obstaculos, que em varios pontos se haõ de apresentar, elles tem intima confiança no bom exito d'esta empreza grandiosa. O objecto, á que a companhia se propoem, he fazer uma junção entre o Athlantico, e o mar Pacifico, por meio de um vasto canal, alimentado pelas agoas de diversos rios, e não como se disse de fazer communicar directamente as agoas dos dous mares. Os engenheiros francezes encontraram muitos rios, cujos diversos braços ajudarão o successo da operação. A instituição, á que se dirigio esta communicação, prometteo dar á companhia segurança, e protecção, em tudo quanto poder ser conducente ao bom exito d'este immenso, e importante trabalho.

Uma das cousas, que talvez hoje cause maior expectação na França, he o recebimento das reliquias de Napoleão, cuja requisição aos Inglezes foi a principal circumstancia, com que o Marechal Soult açoitou a embaixada extraordinaria em Londres. Por esta occasião celebrar-se-há na França, uma festa religiosa, e militar, e Luiz Filippe terá occasião de receber dignamente os hospedes de seos dous filhos, quando viajarem pela Alemanha. As primeiras personagens da França, o Duque de Wellington, e um filho do Rei da Prussia assistiram á esta cerimonia.

Vendo a França, e a Inglaterra as duas Nações, que mais relações tem com o commercio Brasileiro, passamos a dar mais circumstanciada noticia de ambas, contendo observagoens estatisticas, sobre a sua agricultura, commercio, finanças e &c.

## FRANÇA.

## OBSERVACOENS ESTATISTICAS.

sobre

*a agricultura, commercio, finanças, &c.*

Passando neste artigo a tratar da França, em muitos respeitos um dos paizes mais interessantes, e de maior importancia, procuramos, tanto quanto nos permittiam os dados que possuímos, contrastar a posição da França antes da revolução, com o que era no principio de 1813 (antes da batalha de Leipsic, e quando era ainda mui poderosa sob o reinado do grande Napoleão), e com o que he hoje sob o governo de Luiz Filippe, que a tornou outra vez uma potencia de muita força, e um dos paizes que mais tem prosperado, podendo considerar-se os periodos que separam uma época da outra, como a transição effervescente de um para outro estado.

O quadro que mostra o estado comparativo do commercio nestes differentes periodos, prova que a revolução e os successos subsequentes que levaram a França ao pinaculo da gloria, e dominio-militar, destruíram o seo commercio, e que vinte ou vinte e tres annos de paz, e de uma politica pacifica, apenas lhe tem dado um extraordinario augmento, sendo a sua exportação e importação, hoje, que a população he muito menor, mais do-bro do que era quando o seo territorio e população eram os maiores da Europa.

Possa a lição aproveitar a França e á outras nações, e provar á todos, que por muito que as victorias contribuam para exaltar a gloria militar e o orgulho nacional, sómente a tranquillidade in-

terna e a paz externa podem assegurar a prosperidade do paiz, e a felicidade do genero humano.

A França, tanto pela sua extensão de território, como pela fertilidade do seu solo, deve ser considerada como um paiz essencialmente agrícola; começaremos, pois, pelo estado da sua agricultura no principio de 1813, época em que se póde dizer estava no apogêo da sua gloria.

*Producto agrícola, animal, mineral, &c., do sólo da França, em quantidade e valor, estimado para o anno de 1813 pelo meio termo de annos antecedentes.*

		QUANTIDADE	VALOR. milhões de francos.
Trigo (1)	hectolitres	144,775,245	2,300
Vinho (2)		36,200,000	750
Aguardente de vinho		650,000	300
Madeiras de construção,			
			3,100

(1) A colheita total do trigo foi de cerca de 170 milhões de hectolitres (425 milhões de alqueires) dos quaes se gastam cerca de 25 milhões em sementeira.

Esta quantidade, dividida pela população de então, 42 milhões, dava 520 libras a cada habitante; mas calculos mais exactos tem demonstrado que 420 libras he quantidade sufficiente.

Em 1789 a França importava annualmente 70 milhões de francos de trigo.

(2) O consumo de vinho e aguardente em 1812 era o dobro do que fôra em 1791, ao passo que a população dos paizes reunidos á França depois de 1791, formava sómente uma terça parte da população total do imperio em 1813.

Antes da revolução a França exportava annualmente vinho e aguardente no valor de 46 milhões; mas o termo medio dos dez annos 1802 a 1811, chegou a 77 milhões, tendo sido a exportação do anno de 1806 de 123 milhões.

	Transporte	3:100
combustivel . . . hectares	8,000,000	100
Linho canhamo e linho (1)		
quintaes . . .	1,700,000	80
Azeite vegetal (2) hectolitres	2,750,000	250
Fumo . . . libras	30,000,000	12
Seda . . .	22,000,000	30
Lã . . .	120,000,000	125
Carneiros . . .	8,000,000	50
Cavallos . . .	250,000	75
Bois, vaccas, e vitellas . . .	3,750,000	161
Porcos . . .	4,900,000	274
Leite, manteiga, e queijo, pro-		
ducto de 6,300,000 vaccas . . .		150
Coutos . . .		36
Ferro . . . quintaes	3,260,000	50
Carvão de pedra . . .		50
Sal . . . libras	560,000,000	28
Animaes, peixe, legumes, di-		
versos grãos, fructas, e di-		
versos objectos, segundo o		
orçamento de Mr. de Mon-		
talivet, ministro do imperio,		
em valor de . . .		450
Total do valor annual de pro-		
ductos brutos, etc., do solo		
da França (3) . . .		5,031

(1) A importação de linho em 1812 foi de 12 milhões de francos.

(2) Vinte e cinco annos antes deste periodo importava a França azeite no valor de 20 milhões de francos, e em 1812 exportava já 6 milhões.

(3) Cerca de 1,700 contos de réis.

**Productos das manufacturas, e rendimento industrial da  
França no anno de 1812.**

	VALOR em milhões de francos.
Fazendas de seda (1)	174
Ditas de lan (2)	870
Ditas de linho (3)	232
Ditas de algodão (4)	290
Correaria e pelleteria, inclusive luvas (5)	95
Chapéos, &c.	23
Papel e livros	48
Sabão e perfumaria	30
Tabaco	72
Cerveja de cidra.	90
Mobilia, carruagens, &c.	30
Obras de ferro, aço, cobre, &c.	300
Relogios, quincalharias, obras de joias, ou- ro, &c.	126
	<b>1,876</b>

(1) Em 1812 importou a França da Italia o valor de 10 milhões de francos de seda crua; o qual reunido aos 30 milhões da sua produção dava 40 milhões de materia prima, vindo assim a produzir a manufactura mais de 84 milhoens acima do custo.

(2) O valor da lan produzida na França foi de 129 milhoens, que reunidos a 31 milhoens de lan importada, dão 160 milhoens de materia prima, e um lucro de 210 milhoens de francos.

(3) Valor do linho e canhamo francez 80 milhoens; importação 132 milhoens, valor que lucrrou pela fabricação 139 milhoens.

(4) Materia prima importada 55 milhoens de francos; lucro da fabricação 235 milhoens.

(5) Couros e peles da França 36 milhoens; importação 6 milhoens; lucros da fabricação 53 milhoens.

Transporte . . . . .	1,876
Vidros, porcelana, &c. . . . .	02
Tinturarias, panos pintados, &c. . . . .	15
Valor total dos objectos acima especificados. . . . .	1,957
Abatendo materias primas, do solo da França, ou importadas, no valor de . . . . .	657
Valor da riqueza industrial . . . . .	1,300
A' esta somma ha ainda acrescentar o producto dos seguintes objectos de industria introduzida na França nos ultimos annos :	
Assucar de beterraba . . . . .	30
Dito refinado de assucar bruto importado . . . . .	20
Anil . . . . .	12
Soda . . . . .	3
Valor total da riqueza industrial do anno de 1812 (1) . . . . .	1,365

*Valor total da reproducção em cada anno da riqueza da França em productos do solo, manufacturas, &c., segundo o orçamento de Mr. de Montalivet, para o anno de 1813.*

	Milhões de fr.
Productos agricolas, animaes, mineraes, &c. . . . .	5.031
Producto industrial . . . . .	1,365
Mais artigos não enumerados, e objectos miscellaneos. . . . .	640
Total (2) . . . . .	7,037

(1) Cerca de 460 mil contos. .

(2) Cerca de 2,350 contos.

*Despeza feita com as obras publicas, depois que Napoleão subio ao throno, até o anno de 1813.*

	Francos.
Palacios e edificios da corôa.	62,000,000
Fortalezas, &c.	144,000,000
Portos maritimos .	117,000,000
Estradas .	277,000,000
Pontes .	31,000,000
Canaes, navegação, &c.	123,000,000
Obras publicas em Paris .	102,000,000
Ditas nas demais cidades principaes e provincias.	149,000,000
<b>Total (1)</b>	<b>1,005,000,000</b>

*Mappa comparativo do commercio da França nas três épocas  
antes da revolução, no anno antes da batalha de Leipsic,  
& no reinado de Louis Philippe.*

EXPORTAÇÃO.	1787.	1812.	1835.
	milhoens de francos.		
Objectos de subsistencia como trigo, farinhas, &c.	227,885	90,809	205,366
Materias primas, como al- godão, lan, fumo, &c.	46,535	50,904	
Manufacturas: — Fazen- das de algodão .	15,336	18,984	90,505
Ditas de seda .	30,667	70,116	180,980
Ditas de linho .	34,124	34,263	44,852
Ditas de lan .	21,812	27,554	51,609
Obras de ferro, cobre, &c.	6,755	4,348	7,000
Objecto diversos .	62,187	95,008	248,120
<b>Total</b>	<b>445,301</b>	<b>391,885</b>	<b>834,453</b>

(1) Ceroa de 335 contos.

IMPORTAÇÃO	1787.	1812.	1835.
	<i>milhoens de francos.</i>		
Objectos de subsistencia.	200,739	57,404	} 542,139
Materias primas . . . . .	198,415	135,239	
Manufacturas: — Fazen-			
das de algodão . . . . .	64,973	20,557	46,169
Ditas de seda . . . . .	11,320	1,933	41,820
Ditas de linho . . . . .	18,400	nil	23,254
Ditas de lan . . . . .	18,898	nil	12,954
Obras de cobre, ferro, &c.	3,952	3,488	} 94,390
Outros objectos . . . . .	130,093	131,585	
Total	631,790	350,206	760,726

*Summario da exportação e importação da França do anno de 1813, distinguindo a importancia do commercio geral, e do especial ou de consumo e de produção do paiz.*

IMPORTAÇÃO.	Genal.	Especial.
	<i>milhoens de francos.</i>	
Lã	45,145	34,553
Algodão em ramo, fio de algodão (em ramo, e importado 85,000) e diversos fios.	91,377	74,368
Seda crua e preparada . . . . .	80,740	49,668
Trigo, farinha, &c. . . . .	8,508	4,506
Assucar . . . . .	58,775	44,870
Café . . . . .	14,720	10,256
Azeite . . . . .	24,714	23,579
Couros e pellataria . . . . .	49,068	17,219
Ferro, cobre, chumbo, &c. . . . .	46,178	41,928
Fazendas de algodão . . . . .	46,169	25,000
Ditas de seda . . . . .	41,820	2,854
Ditas de linho . . . . .	23,254	16,985
Ditas de lan . . . . .	12,954	297
Vinhos e aguardentes. . . . .	1,840	964
Outros objectos . . . . .	215,464	172,154
Total	760,726	520,271

EXPORTAÇÃO.		Geral. milhoens	Especial. de francos.
Lan		3,688	256
Algodão em rama, fio de algodão (em rama, e importado 85,000) e diversos fios.	12,644	1,268	
Seda crua e preparada	39,816	2,211	
Trigo, farinha, &c.	30,806	6,032	
Assucar	11,657	26	
Café	10,816	5	
Azeite.	10,969	7,079	
Couro e pelletaria	534	322	
Ferro, cobre, chumbo, &c.	9,453	4,874	
Fazendas de algodão	90,505	61,610	
Ditas de seda	186,980	144,446	
Ditas de linho	44,852	30,778	
Ditas de lan	51,609	38,366	
Vinhos e aguardente	69,262	68,059	
Outros objectos.	260,841	212,082	
Total	834,422	571,414	

*Valor relativo do commercio da França com differentes paizes.  
no anno de 1835, estimado em milhoens de francos.*

	IMPORT. milh.	EXPORT. milh.
Brasil	8	16
Estados-Unidos	89 1/2	199
Mexico.	7	9 1/2
Rio da Prata	5 1/4	7
India, China e Bourbon	36 3/4	5
Stadeloupe e Martinique	40	39
Haiti	6	6 3/4
Havana	7 1/2	5
Grã-Bretanha	61 1/2	100
Hollanda	7	16 3/4
	266	402

	Transporte	266	462
Belgica.		72	44
Hespanha		38 1/2	82 1/4
Sardenha		59	36
Austria e Lombardia Veneziana		41 3/4	4 1/2
Toscana e Estados Romanos		8 3/4	11 1/2
As Duas Sicilias		13	8
Alemanha e Cidades hanseaticas.		68	36
Suissa		59 1/4	43 3/4
Russia		21 1/4	9 1/2
Prussia		23	6 3/4
Turquia e Grecia.		20	14 1/2
Egypto.		3 1/2	2 1/4
Outros paizes		44 1/2	134
Total (1)		761	834

O commercio com os Estados Unidos dá a maior sahida ás produçoens da Franca; e tem augmentado nos ultimos 5 annos 173 por cento: em 1836 já montava a 158 1/2 milhoens de franços de exportação, e 81 1/4 de importação. Com as demais naçoens o commercio da Franca tem ido tambem em augmento, menos talvez com a Hespanha e com a Turquia; receava-se que o novo systema das alfandegas na Alemanha causasse uma diminuição no commercio com aquelle paiz, mas não aconteceu assim.

O commercio da Franca com Argel tem experimentado, como era de esperar, um grande augmento; nos primeiros annos da occupação, a Franca não tinha mais que a metade do commercio total dos Argelinos, mas no anno de 1837 já estava comparado com os mais paizes, na proporção de 20 para 12. Os seguintes pormenores mostram que o commercio de Argel ia em augmento consideravel:

(1) Cerca de 255 e de 278 contos.

*Importações e exportações em Argel.*

Anno.	Importações.	Exportações.
1831	6,504,000 fr.	1,479,600
1833	7,599,58 „	1,028,410
1835	16,778,737 „	2,597,866
1837	33,955,246 „	2,946,691

Deve-se porém, notar que das importações de 1837 talvez 10,000,000 francos foram para supprir o exercito francez, ficando o actual commercio de importação do paiz reduzido a 23,000,000 francos; he tambem notavel que o valor das exportações he ainda muito desproporcionado ao das importações; porém como dobrou em seis annos, ha toda a razão de suppor que he susceptivel de um progresso continuo e rapido.

O consumo de fazendas de linho em Argel que em 1832 regulava sómente por 74,019 francos, montava em 1837 a 326,700 francos, e desta quantia a França forneceo perto da metade; de fazendas de lã em 1832 sómente 247,901 francos, em 1837 já 978,100 francos, sendo a quantidade mandada da França três vezes maior do que todas as importações deste artigo dos outros paizes, e a importação de fazendas de seda que em 1832 regulava por 167,000 francos montava em 1837 a 808,200 francos, e destas a maior parte foram da França.

Mesmo em fazendas de algodão, cuja importação tinha augmentado de 1,262,411 francos, em 1838 18,175,038 francos em 1837, e que por muitos annos foi quasi monopolizada por Inglaterra, a proporção que a França mandava em 1832 de 11 por cento sobre o total, elevou-se em 1837 a 26 por cento.

*Companhias de accionistas formadas para varias empresas  
de 1826 até 1837.*

Em	N. de companhias.	Capitales.
1826	32	56,397,000 fr.
1827	36	30,585,200 „
1828	33	31,398,500 „
1829	56	82,788,000 „
1830	62	36,250,000 „
1831	33	42,010,000 „
1832	38	30,152,000 „
1833	55	15,919,000 „
1834	84	79,848,000 „
1835	106	45,508,600 „
1836	216	156,845,000 „
1837	288	361,139,000 „
Total;	1039	1,008,029,390

NAVEGAÇÃO MERCANTE.

Entradas e sahidas de navios mercantes nos  
varios portos da França, no anno de 1835, foram as  
seguintes :

Entradas.

Navios francezes	4001 com	407,999 toneladas.
Ditos estrangeiros.	6360 „	766,033 „
Total.	10,361 „	1,174,032 „

Sahidas.

Navios francezes	4292 com	387,139 toneladas.
Ditos estrangeiros.	5194 „	484,807 „
Total.	9486 „	871,946 „

O commercio maritimo da França occupa pre-  
sentemente cerca de 50,000 maricheiros, á saber

27,000 em viagens longas, na pescaria de alto mar e na grande cabotagem, e 23,000 na pescaria da costa, e pequena cabotagem.

#### ESQUADRA E EXERCITO.

A marinha de guerra, segundo diz um escriptor francez, em uma publicação recente, compoem-se actualmente de 51 náos de linha, 63 fragatas, 108 curvetas, brigues, etc., 94 embarcagoens pequenas, e 31 barços de vapôr, fazendo um total de 347 vasos de guerra. O pessoal de 33 almirantes, 60 capitaens de mar e guerra, 1150 ditos de fragata, 150 tenentes da primeira classe, e 1400 officiaes marinheiros. E mesmo escriptor diz que o ministro da marinha tencionava augmentar consideravelmente os officiaes de todas as classes e de ter sempre em serviço activo, mesmo em tempo de paz, 136 vasos de guerra com uma reserva de 10 náos e 9 fragatas, com vasos mais pequenos em proporgão, e de augmentar a esquadra em tempo de guerra com 36 náos e 36 fragatas, ou mais se necessario fôr.

O numero actualmente em commissão compõem-se de 10 náos de linha de 80 á 120 peças, 12 fragatas, 16 curvetas, 74 brigues, etc., e 20 barcos de vapôr guarnecidos por 20,317 homens e officiaes.

O numero de homens á disposição do governo, para o serviço da marinha, monta, presentemente, a 25,000, a saber: 18 mil por inscripção, e 7,000 provenientes do recrutamento. Nos cinco portos militares de Brest, Toulon, L'Orient e Rochefort, estão actualmente occupados 13,324 trabalhadores.

O valor do material da marinha de guerra da França, á saber: cascos, armamentos, munigoens, mastros, madeiras, etc., monta a 298,463,000 franc.

A construcção e armamento de uma não de 100 peças, prompta para dar a véla, custa hoje á negação a somma enorme de 2,900,000 francos: este calculo he feito sobre o custo real da não *Hercules*.

O EXERCITO compõe-se actualmente de:

	homens.
1. ° Corpos effectivos . . . . .	387,000
2. ° Gendarmeria effectiva. . . . .	15,600
3. ° Tropa licenciada, mas que deve comparecer logo que fôr chamada. . . . .	80,000
Total	482,600

No principio do anno de 1813, o exercito francez compunha-se dos seguintes regimentos :

*Guarda Imperial.*

Infantaria, 20 regimentos.  
Cavallaria, 44 esquadroens.

*Tropa de linha.*

Infantaria, 189 regimentos.  
Cavallaria, 90 ditos.  
Artilheria, 15 ditos.  
Trem, 30 batalhoens.

*Tropa avulsa.*

Suissos, 4 regimentos.  
Estrangeiros, 6 ditos, e varios regimentos de  
loniaes.

Estado actual dos principaes petrechos de guerra do exercito, fóra a guarda nacional :

8,000 pegas de bronze de artilheria de sitio.

1,567 ditos de campanha.

1,562 ditos de ferro.

1,562 obuzes.

1,256,000 espingardas armazenadas.

24,000 clavinas.

850,000 sabres de infantaria.

130,000 ditos para cavallaria.

## DIVIDA NACIONAL.

No anno de 1715, quando morreo Luiz XIV, o principal da divida publica era de 3,111 milhoens de livres (1), e os juros 86 milhoens per anno. Naquelle época reduzio-se o capital da divida, e o pagamento dos juros, ficou em atrazo; o celebre escocez Low propoz então o seu plano para livrar o governo dos embarços em que se achava.

Em 1788, anno em que se convocáram os estados geraes da França, a divida montava a 4,250 milhoens, e nos annos seguintes houve a memoravel circulação e discredito dos *assignats* de que tratamos no arto n.º 8, sobre bancos e associações bancaes.

No anno de 1798, não podendo o governo pagar os juros da divida, que montavam a 174,716,000 francos por anno, passou uma lei reduzindo as duas terças partes; e como outra porção foi resgatada por inscrições para pagamento da compras de terrenos nacionaes, foram reduzidos a 46,302,000 francos por anno.

A divida augmentou progressivamente, durante o reinado de Napoleão, e no anno de 1814, os juros eram de 63,000,000 francos por anno, e no decurso dos sete annos seguintes, montaram a 190,000,000, sem entrar nesta somma os fundos para a amortisação.

Em 1829, achamos o principal da divida, orçado em 4,200 milhões; e em 1832, em 5,500 milhões.

O actual estado da divida nacional da França com juros annuaes he o seguinte:

	CAPITAL francos	JUROS francos
Fundos (rentes) de 5 por cento. . . . .	2,804,736,120	140,236,806
Ditos de 4 1/2 p. c. . . . .	22,813,333	1,026,600
	<hr/> 2,827,549,453	<hr/> 141,263,406

(1) Cerca de 1,035 contos.

Transportes . . .	2,827,549,453	141,268,406
Ditos . . . de 4 p. c. . .	399,469,125	18,978,765
Ditos . . . de 3 p. c. . .	1,363,506,533	40,905,196
Garantias do thesoiro.	225,000,000	10,000,000
Divida não fundada . . .	400,000,000	nihil
Pensões e annuidades.		62,000,000

Total (1) 5,215,525,111 (2) 273,147,367

No orçamento do ministro da fazenda a somma designada para a despesa da divida nacional, he de 331 milhões de francos; mas nella he incluída a quantia necessaria para amortisação annual da divida.

#### RECEITA E DESPEZA.

A receita he orçada em cerca de 1,030 milhões (3), e a despesa em 1,075 milhões de francos; mas quanto a esta ultima estão as cousas tão complicadas com os fundos da amortisação, que não podemos conhecer quanto he a verdadeira despesa.

As despesas do governo francez, exclvindo aquellas que dizem respeito á divida publica, anam por mais do que o dobro das da Inglaterra.

#### POPULAÇÃO.

Em 1791, a população do reino da França regulava por 26,363,000; porém as conquistas do Imperio a elevou á 50,400,000.

Em 1817, época em que a França foi pelo tratado de Paris, reduzida aos seos limites antigos, o censo dava uma população de . . . 29,217,465

No anno de 1825 montava a . . . 30,451,187

Em 1831 a . . . 32,560,934

Em 1836 a . . . 33,540,908

(1) Cerca de 1,750 contos.

(2) Cerca de 91 contos.

(3) Cerca de 335 contos.

A população de todos os domínios da França, no anno corrente de 1838, regula, por um calculo moderado, o seguinte :

População da França . . . . .	34,500,000
Dita das colonias francezas na America. . . . .	250,000
Dita, dita na Africa . . . . .	1,650,000
Dita, dita na Asia. . . . .	185,000

Total 36,535,000



#### POPULAÇÃO, INDUSTRIA, FINANÇAS, E EXERCITO DA GRAM-BRETANHA.

Do quanto temos colhido dos mais modernos jornaes á respeito da Inglaterra, apresentamos o seguinte, que nos parece bastar para se fazer d'essa Nação uma ideia ajustada.

A população do Reino Unido da Inglaterra, Escocia, e Irlanda tem triplicado em 150 annos, e hoje conta 25 milhoens de almas; mas, fazendo-se conta á grande Austrália, e outras possessões Inglezas, e mais todos os subditos d'aquella Nação derramados sobre a superficie do globo, póde-se bem calcular (conforme um moderno, e habil geografo) que a corôa da Inglaterra prezide á quasi 1/7<sup>a</sup> do total da população do mundo conhecido. A sua agricultura dá productos annuaes do valor de 25 billioens, e 1/2 (\*) e

(\*) Os agricultores Inglezes constituem 1/4 da população de Inglaterra; os agricultores Irlanda-

fornece três vezes mais subsistencias, do que no fim do seculo 17. Suas minas produzem todos os annos 22 milhoens de toneladas de carvão de pedra, e 800,000 de diversos metaes, valendo juntos 700 milhoens de francos. A raga de gado cavallar augmenta de 8,000 cavallos, estimados em 20,000, £, e de 1,000 destinados á outros serviços, cujo valor se eleva á 40,000 £. Hoje em dia a producção cavallar da Gram-Bretanha he de 2,116,195 cabeças, que á 15 ou 18 £ (preço medio do valor de cada cavallo) formam um valor total de 36,000,000 £, ou 900,000,000 fr. A sua industria duplicou de 40 annos o valor de suas produções, duplicou sua quantidade, e produz agora quasi um valor bruto de 4 bilhoens. A sua riqueza publica subio em 36 annos de 3 a 9 bilhoens, e consequentemente triplicou, avaliando-a de uma maneira absoluta, e duplicada em relação á população. Além das estradas de ferro, que já existiam, em 1837 appareceram nas suas camaras 79 projectos para novas, dos quaes passaram 42, e d'estes

ses, pelo contrario, formam  $\frac{3}{5}$  de sua população. N'um campo, que na Inglaterra não se empregam senão dois homens, na Irlanda empregam-se 5. As terras laboradas da Gram-Bretanha sobem á 24,250,000 acres, e as da Irlanda á 14,600,000. O producto agricola da Inglaterra he quatro vezes mais consideravel, que o da Irlanda. Em Inglaterra os jornaes dos trabalhadores variam de 8 p. á 1 s. 2 d. por dia; em Irlanda não sobem mais do que de 2 s. á 2 s. e 6 p. por semana.

*Revista de Edimburgo.*

são 14 são para linhas novas, que devem cobrir uma extensão de 471 milhas. O seu custo he estimado em 6,861,285 £, ou 125 contos de réis por milha, e o custeio em 45 por oyo da renda total, que se calcula em 1,575,802 £. Uma gigantesca empreza operada á pouca no Tamiza, tirando do fundo d'agoa um habil engenheiro um navio, que tinha hido á pique, pela subministração de dois grandes tubos de chumbo, que cheios de polvora, ao arrebentar fizéram subir á flor d'agoa todas as taboas do navio, basta para fazer crér o atrejo Inglez para altas emprezas. Nenhuma Nação tem feito tanto e tão bom uso do vapor, como a Inglaterra. Além de todas as machinas por vapor conhecidas ali até agora, de proximo se apresentou no Tamisa a nova Fragata

*Gorgon* — por vapor, que demandando 13 pés d'agoa á prôa, e 14 pés e 3 polegadas á ré, nas 4 experiencias, que se fizeram com marés pró, e contra, apresentou 11 milhas e meia de caminho por hora, fazendo 20 revoluções as rodas por minuto, e sem se sentir á bordo a mais pequena vibração; virou-se em 17 minutos repetidas vezes: governa com a maior facilidade: e além dos commodos para combustivel, mantimentos, sobrecellentes, e munigoens de guerra, tem praça para conduzir 1,000 soldados. Acaba também de inventar, e adoptar um orgão de vapor á machina locomotiva *Type*, pertencente á companhia de caminhos de ferro de Newcastle, e Carlisle, o reverendo Diogo Birkett, do Oringham; este instrumento assemelha-se muito ao orgão, e compõe-se de 8 tu-

bos afinados em oitavas, porém sem dar semitons.

A' vista de todo este apuro de artes, agricultura, e sciencias, as tranzagoens annuaes do commercio Inglez sobem ao valor real de mais de 3. O movimento periodico da sua navegacao, a entrada, e sahida de seos portos, he de 43,000 navios, e de 7 milhoes de toneladas, sem contar a cabotagem. As rendas do estado sobem, sem comprehender o subsidio dos pobres, e as despesas municipaes, á 1:375,000,000 de fr., ou 55 por habitante. As despesas publicas, comprehendendo os juros da divida, montam á 1:164,314,000 francos, ou 47 por habitante.

A divida nacional excede a 19 billioens, não comprehendendo a divida fluctuante, e o papel moeda, o que indica a cada pessoa um contingente de 770 francos.

A Marinha compoem-se de 123 Nãos de linha, 122 Fragatas, e 283 Curvetas: o seu exerceito de 81,600 homens, o que não dá senão um militar por cada 310 habitantes.

Apesar de todo este grandissimo augmento, a Inglaterra soffreo com tudo uma crise terrivel, proveniente da emissão do papel d'esde 1836 á fins de 1837, como veremos do seguinte Artigo, que transcrevemos da Revista de Edimburgo.

SYSTEMA MONETARIO DA INGLATERRA, E SUA  
INFLUENCIA SOBRE A CRISE ACTUAL.

Eis-aqui um anno, em que persevera esta crise commercial, cuja aproximação imminente nós fomos os primeiros a prognosticar. (em Outubro, e Dezembro de 1836) Até aqui tem sido impossivel sustar esta marcha progressiva. De Londres ella se tem estendido sobre as nossas Cidades de segunda ordem; as casas mais bem estabelecidas tem soffrido abalo: os creditos principalmente tem sido suspensos. Em Birmingham, e Manchester os mais peritos obreiros tem sido despedidos das officinas. Em Londres muitas grandes casas, qualquer das que tinha relagoens commerciaes entrelagadas com a India, a China, o Brasil, os Estados Unidos, e particularmente com o Canadá, quebraram em um mesmo dia. Em Leeds quasi nada se trabalha, e os obreiros não tem o que fazer; em Heckmondwike, Dewsbury, e Wakefield, o fabrico se limita ao consumo; em Bradford, e Halifax todas as mercadorias tem soffrido uma baixa enorme: em Boekdale, Neiwood, Sadoleworth, e Bury 4/5 das fabricas de algodão não trabalham senão quatro, ou cinco dias na semana: o côrador, a tintureria, o teiar, e a imprensa estão quasi parados: e em algumas d'estas cidades muitos fabricantes tem annuciado aos seus trabalhadores, que ver-se-hão na necessidade de fazer uma redução nas horas de trabalho, se a crise actual não mudar um pouco. O estado do fabrico das sedas, e do commercio dos generos coloniaes está um

pouco menos desfavoravel. Os obreiros de Middleton, e de Spittaelfields tem renovado seos trabalhos, mas os salarios são mui pequenos, e o fabrico se limita por momentos á objectos de luxo. Tal he hoje em dia a triste situação das nossas grandes casas de industria; mas para se ter uma idéa mais exacta do estado, em que nos achamos, vejamos as queixas dirigidas no mez passado á Lord Melbourne, presidente do conselho, pelos notaveis fabricantes de Birmingham.— Senhor — Os abaixo assignados, commerciantes, e fabricantes da Cidade de Birmingham tem a honra de fazer subir ao conhecimento de V. S. a exposição de sua actual situação.

A' tres annos d'esta parte os manufactureiros, e o commercio d'esta cidade, e seos arredores gozavam de grande prosperidade, todos os obreiros existiam occupados: cada um d'elles recebendo um salario proporcionado á suas precisoens, vivia satisfeito com a sua sorte, e os fabricantes achavam no commercio interior, e exterior prompta extracção á suas fazendas. Mas de improvisio, e sem uma causa apparente, este estado florescente tem mudado, e á esta prosperidade tem succedido um sem numero de difficuldades, e embarços. Hoje os preços desceram a ponto, de ser impossivel á um fabricante o desfazer-se de suas fazendas sem perda; ordens terminantes se tem expedido, quer no interior, quer no exterior, e por todas as partes as officinas se fecham. Senhor, nos estamos convencidos, de que, se esta crise continuar, uma parte da nossa população ma-

nufactureira vai ser exposta á crueis privagoens; em consequencia do que, nós appellamos para a attenção do governo sobre este estado assustador, e o prevenimos, para que nos dê remédio com medidas promptas, e energicas. Esta representação he em resumo a historia do commercio, e das manufacturas da Grã-Bretanha toda inteira, durante os tres proximos annos findos. Jamais o estado do commercio, e industria foi tão satisfactorio, quanto do anno de 1833, até o começo do ultimo simestre de 1836. A paz profunda, a affluencia de capitaes, a extracção consideravel de nossos productos no interior, e exterior, immensas emprezas de obras publicas, tudo parecia concorrer ao augmento da riqueza do paiz. Mas, derepente, e sem commoção alguma, ou agitação politica a confiança commercial existe abalada, grandes banqueiros quebrados, as fabricas paradas, e por esta serie de desastres, os fundos de reserva do banco de Inglaterra estão reduzidos de 7 a 3 1/2 milhoens de £.

Esta revolução tão repentina, quanto funesta tem chamado á si a attenção dos nossos economistas. Elles lhe tem estudado as causas, e estão bem capacitados, que se lhe não poderá prevenir o retorno, sem uma importante modificação em o nosso systema monetario. Crear pela emissão do papel moeda um valor presumptivo, á fim de augmentar o capital do paiz, e por consequencia alargar o circulo das transagoens commerciaes, he bello systema, quando o novo valor figurado sendo garantido por um deposito, que abranja outro va-

lor equivalente, se restringe em certos limites;  
 mas, facultar á simples individuos, ou á so-  
 ciedades particulares a permissão de emittir pa-  
 pel moeda á seu bel-prazer, sem outra garan-  
 tia, que a promessa do seu pagamento á vista,  
 he abrir um vasto campo ao rebate, e dar lu-  
 gar á innumeraveis fluctuaçoens no valor dos  
 metaes preciosos, as quaes sempre reverterem da  
 mais funesta maneira sobre a industria, e o  
 commercio. Por exemplo, caso o cambio seja  
 ao par; isto he, se a importação dos metaes  
 preciosos fizer equilibrio com a exportação, o  
 resultado será, com um systema monetario me-  
 tallico, que repouse sobre bases puramente me-  
 tallicas, uma regularidade perfeita no giro do  
 ouro, e da prata, e no de nossos productos.  
 Então bem; graças ao nosso systema moneta-  
 rio: mas he raro, que exista esta conformi-  
 dade. Para provar-nossas emittidas asserçoens,  
 damos de barato, que he proseguir d'este es-  
 tado feliz se augmente a confiança publica, e  
 que o amor das especulaçoens se apodere de  
 nossos fabricantes: n'estes dous casos, os ban-  
 cos, que tem inundado o nosso paiz, jamais  
 deixaram de emittir na circulação uma consi-  
 deravel massa de notas, á fim de lhe favorecer  
 o giro, e lhe dar mais actividade. Este ponto  
 he certo: qualquer, logo que ache facilidade  
 em adquirir prata, entrará á porfia em espe-  
 culagoens. Esta affluencia de numerario ficticio  
 exerce um certo depreciamiento sobre o valor  
 do ouro, e da prata, poem obstaculos á im-  
 portação d'estes metaes no paiz, e facilita-lhe  
 a exportação. Os cofres se esgotam, e tudo

parece outorgar fortuna, até que a immensidade do papel faça arrebentar a procella: d'ahi datam os embarços financeiros, os preços de nossas manufacturas entram a desmerecer no mercado desproporcionadamente, e as banca-rotas apparecem. Tal he o jogo do systema monetario da Grã-Bretanha; tal he a causa dos desastres, que acabrunharam este paiz em 1792, em 1825, e 1826.

Mas, sem nos remontarmos á éras remotas, examinemos, o que succedeo em 1836. O cambio então estava ao par, ou não soffria outras alteraçoens, senão as occasionadas pela affluencia, ou escassez dos metaes. De repente a attenção dos especuladores se dirige sobre os caminhos de ferro, e sobre os bancos de sociedades empresarias. Os poucos lucros, que apresentou um mez pouco mais ou menos antes da primeira operação, suspendêram inteiramente o arrojo dos especuladores; quanto aos bancos por sociedades aconteceo differentemente. Assim depois de 1826, época, em que a legislação authorizou a formação d'estos bancos, até 31 de Dezembro de 1835 unicamente 60 bancos se estabeleceram em Inglaterra, e no Paiz de Galles, o que regula com a proporção de 6 por anno. Mas em 1836 teve começo uma nova éra d'estas emprezas; a mania de fundar bancos assaltou os nossos capitalistas, e com tal intensidade, que do 1.º de Janeiro de 1836 até 26 de Novembro do mesmo anno, 42 estabelecimentos d'esto genero, tendo cada um d'elles 4 ou 6 filiaes, se formáram em Inglaterra, e no Paiz de Gal-

les. Como estes filiaes gozavam de todos os privilegios, que os bancos directores, de quem traziam sua origem, póde-se elevar á 200 o numero dos bancos por sociedades de empresa, que se arvorára em Inglaterra, e no principado de Galles durante o anno de 1836. Inda aqui não ficamos. Independente da actividade, que elles empregavam em recolher a prata do publico, os bancos por sociedades creariam per si prata, emittindo na circulação uma consideravel massa de seu papel moeda. A tabella seguinte mostra a importancia d'esta emissão, e da dos bancos particulares em cada trimestre d'esde Dezembro de 1833 té o fim de Dezembro de 1836.

# TABELLA.

TRIMESTRES FUNDOS EM	BANCOS PARTI- CULARES.	BANCOS POR EMPRESAS.	TOTAL.
28 de Dezembro de 1833	8,836,803 £	1,315,301 £	10,152,104 £
27 de Março 1834	8,753,400	1,458,427	10,191,827
28 de Junho 1834	8,875,795	1,642,687	10,518,682
27 de Setembro 1834	8,370,423	1,783,689	10,154,512
28 de Dezembro 1834	8,537,655	2,122,173	10,659,828
28 de Março 1835	8,231,206	2,188,954	10,420,160
27 de Junho 1835	8,455,114	2,484,687	10,939,801
26 de Setembro 1835	7,912,587	2,508,037	10,420,623
26 de Dezembro 1835	8,334,863	2,799,551	11,134,414
26 de Março 1836	8,553,894	3,094,025	11,447,919
25 de Junho 1836	8,614,132	3,588,064	12,202,196
24 de Setembro 1836	7,969,121	3,969,121	11,733,945
31 de Dezembro 1836	7,753,500	4,253,197	12,011,697

Assim, a emissão do papel moeda dos bancos por empreza se elevou durante o anno de 1836, para Inglaterra, e o principado de Galles, de 2,799,551 £ á 4,258,197 £; sua differença em mais de 1,458,646 £ pouco mais ou menos 50 por oio. O mal não ficou aqui; independentemente do augmento dos bancos, e da emissão colossal, que elles faziam de seo papel, houve empréstimos enormes, negociagoens consideraveis, tractos dolozos, e capitaes immensos engajados em numerozas emprezas gigantescas.

*Si metade dos fundos assim empregados tivesse sido exigido em numerario, teria absorvido todo o ouro, e toda prata da Grã-Bretanha.*

Vejamos agora o que se passou na America. N'estes derradeiros annos, o furor de crear bancos, e ~~emittir~~ *emitir* papel se tem apoderado dos Americanos; mas este systema he devido ao systema de rigor adoptado pelo presidente Jackson para com o banco dos Estados-Unidos. Fazendo-lhe uma guerra constante, e tomando contra elle medidas hostis, o presidente Jackson favoreceo a formação de um grande numero de bancos particulares. D'esta sorte em 1815 o numero dos bancos particulares inda não era, se não o de 208: em 1820, 308: e em 1830, o de 320: mas nos quatro annos seguintes quando 15, ou 20 bancos, ou mais teriam sido necessarios, o algarismo de 320 subio á 506: augmento, 186, ou 46  $\frac{1}{2}$  por anno. Este augmento continuou em 1835: 61 bancos novos appareceram: em

rim, depois do 1.º de Janeiro de 1836 té o 1.º de Dezembro, isto he, em 11 mezes formáram-se outros 110 bancos. Em summa se vê, que independentemente de 146 bancos filiaes, teve no espaço de 7 annos um augmento de 357 bancos, o que faz um total de 677; no mesmo decurso de tempo a circulação das notas se elevou de 61,323,898\$ á 185,762,506\$, cuja differença he mais de 124,000,000\$.

Esta suberabundancia de papel, e principalmente a retirada dos depositos publicos dos cofres do banco dos Estados Unidos, ordenada pelo presidente Jackson, no mez de Outubro de 1833, fizeram desaparecer da circulação o numerario. O corpo legislativo americano reuniu-se, e votou um bill, que tinha por fim favorecer a importação do ouro com preferencia á prata. Sabe-se, que pelos regulamentos de 1791 o valor relativo do ouro para com o da prata foi estabelecido na razão de 1 para 15; isto he, que uma onça de ouro foi considerada como equivalente á 15 onças de prata. O valor do ouro tendo tomado auge nos mercados da Europa, conservava-se comtudo sem alteração nos Estados Unidos, e por isso todo o ouro dos Estados unidos affluio á Europa, e o numerario da União quasi reduzio-se unicamente á moeda de prata. Portanto a nova medida, que elevou o valor do ouro, ferindo todo o ponto á que se tinha proposto, foi prejudicial á America, porque roubou-lhe a independencia metallica, que ella tinha gosado até ali. Mas, no tempo do grande debate de 1825, quando o banco de Inglaterra estava por momentos a

perecer, e que 80 bancos particulares fechavam repentinamente seos cofres, pela razão de não poder fazer face á seos engagements, vio-se os Estados Unidos sentirem-se consideravelmente d'este abalo, porque seos algodoens tinham soffrido uma baixa notavel. Hoje em dia, pelo contrario, que o bill votado pela legislatura americana poem particularmente em contribuição as caixas de Inglaterra, seo systema monetario se identifica com o nosso, e por isso soffre as vicissitudes boas ou más: — O barometro, que fixa o preço corrente da moeda Americana, he a praga de commercio de Londres — assim disse M. Graham em uma sessão do congresso: nada infelizmente he mais verdadeiro. Em um relatório redigido em 1834, por um dos secretarios da Thesouraria, lê-se, que os systemas monetarios dos dois paizes sendo reciprocamente influidos, as emissões das notas do banco, e sua retirada da circulação, não podem deixar de ser simultaneas em ambos os paizes.

Como quer que seja, por mais vantajosa que tenha parecido esta medida aos legisladores americanos, a importação do nosso ouro na America, em lugar de centrariar aos effeitos funestos produzidos pela exuberancia do papel, parece, conforme o, que temos visto, ter activado as emissões, sem que este augmento de numerario tenha operado sobre o cambio a baixa, que se podia esperar. Eis-aqui á 8 annos passados qual tem sido a taxa do cambio nas mesmas praças.

## Em 1830.

Richmond . . . . .	1 por o/o.
Carolina do Norte . . . . .	2 á 2 1/2 por o/o.
Charlestown . . . . .	2 á 2 1/2 dito.
Savannah . . . . .	1 1/2 á 2 dito.
Nova Orleans. . . . .	1 á 1 1/2 dito.

## Em 1837.

Richmond . . . . .	1 á 1 1/2 por o/o.
Carolina do N. . . . .	2 á 2 1/2 dito.
Charlestown . . . . .	2 1/2 á 3 dito.
Savannah . . . . .	2 1/2 á 3 dito.
Nova Orleans. . . . .	3 á 4 dito.

Que vem a ser o banco de Inglaterra no meio d'esta crise? porque era evidente, inda aos mais ordinarios observadores, que a borrasca hia arrebentar, o que ninguem duvidava. Para fazer-se uma ideia justa da sua situação offerecemos ao conhecimento dos leitores a tabella seguinte: ella apresenta o movimento das emissões das notas, o dos depositos, penhores, ouro, e prata, que tem possuido d'esde o 1.º de Janeiro de 1836 té Março de 1837.

# TABELLA.

TRIMESTRES FIN- DOS EM	NOTAS EM CIR- CULAÇÃO.	DEPOSITOS.	PENHORES.	OURO EM BARRA.	PRATA EM BARRA.
1836	£	£	£	£	£
12 de Janeiro	17,262,000	19,169,000	31,954,000	6,625,000	451,000
9 de Fevereiro	17,427,000	18,366,000	31,022,000	6,957,000	514,000
8 de Março	17,739,000	19,966,000	29,806,000	7,153,000	548,000
5 de Abril	18,063,000	14,750,000	27,927,000	7,239,000	562,000
3 de Maio	18,154,000	13,747,000	27,942,000	7,214,000	568,000
31 de Maio	18,051,000	13,273,000	26,534,000	7,088,000	575,000
28 de Junho	17,899,000	13,610,000	27,153,000	6,781,000	578,000
26 de Julho	17,740,000	14,495,000	28,315,000	6,351,000	575,000
23 de Agosto	18,061,000	14,796,000	29,345,000	5,766,000	559,000
20 de Setembro	18,147,000	14,115,000	29,106,000	5,211,000	508,000
18 de Outubro	17,936,000	13,324,000	28,345,000	4,810,000	447,000
15 de Novembro	17,543,000	12,682,000	28,134,000	4,556,000	375,000
13 de Dezembro	17,361,000	13,330,000	28,971,000	1,545,000	
1837					
14 de Janeiro	17,422,000	14,354,000	30,585,000	4,287,000	
12 de Fevereiro	17,888,000	14,238,000	31,085,000	4,032,000	
7 de Março	18,178,000	13,260,000	30,579,000	4,049,000	

Por esta tabella vê-se, que o valor dos metaes preciosos augmenta de 700.000 £ nos quatro primeiros mezes do anno de 1836, e que de tres de Maio té 7 de Margo de 1837 este valor diminuc-se constantemente. Deve-se reparar igualmente que depois de 12 de Janeiro até 5 de Abril do mesmo anno, a circulação dos bilhetes excede de 800.000 £. Este augmento, nas circumstancias ordinarias, não tinha podido prodazir uma penoza consequencia, por isso que havia em caixa um valor em ouro, e prata, que quasi contrabalançava o representa do pelo papel, que o banco tinha em circulação. Mas no estado em que o banco se achava collocado, d'esde que se começou a ajuntar constantemente nova massa de papel moeda, á que já existia em circulação, foi prudente contar com toda considerada na mesma ordem, e por isso obstada a regularidade do giro, era preciso pois fazer todos os preparativos necessarios, que reclamava a perigoza situação do momento, á fim de poder fazer face, sem o menor risco, á violenta crise, que estava eminente. Todavia esta emissão foi funesta, por isso que deo azo á creação de bancos por empresa, e deo a seguir um máo exemplo á muitos outros bancos, que augmentaram a superabundancia do papel, que já era excessiva, por novas emissões de suas notas. Entretanto no fim de Abril do mesmo anno, parecia que se tomavam as mais sabias medidas, que mencionamos, por julgar-mos necessario.

Sabe-se, que nos momentos de crise, o

papel offerecido á negociação he sempre consideravel. Dous eram os meios, que o banco ant'olhava para impedir a rápida sahida do ouro, e da prata de seus cofres; o primeiro era, repellir indistinctamente todo o papel, que se lhe apresentava á negociação, ou pelo menos, não recebê-lo senão com o maior escrupulo, e circumspecção: mas, como d'esta sorte o banco afastava de si todo o commercio, e apressava a crise, que se tentava prevenir, este meio foi regeitado. Restava allear a taxa do premio; o banco se convencia, que por esta medida havia pôr freio aos exagerados pedidos de grandes casas, que por prevenção buscavam prover-se de numerario em boa especie. Por consequencia a taxa do premio foi elevada 4 1/2; e como o ouro continuava a ser procurado, e as negociações de dia em dia tomavam mais desenvolvimento, a taxa do premio foi elevada de 4 1/2 a cinco por cento, em que tem permanecido.

Não se pôde explicar a acção poderosa, que esta elevação da taxa produziu no commercio. Uma geral desconfiança se communicou no paiz com a rapidez da fôrça electrica; os bancos particulares da metropole, á exemplo do banco de Inglaterra, elevaram a taxa dos descontos, e os bancos das provincias tornando-se mais timoratos, e por isso mais prudentes, orbitaram a emissão de suas notas em mais estreitos limites. Esta sabia medida, que se geralmente tivesse sido adoptada, teria prevenido grandes desastres, não foi seguida pelos bancos por empresa. Por esta razão via-se,

que elles, não fazendo caso algum da solemne participação feita pelo banco regulador, persistião no seo vicioso systema, e mettião novos valores em circulação. Em 26 de Março de 1836 seos bilhetes em circulação montavam á 3,094,025 £: em 25 de Junho á 3,588,064 £: em 24 de Setembro á 3,969,121 £: e em 31 de Dezembro do mesmo anno á 4,258,197 £: o que apresenta um augmento de 1,164,172 £, ou 37 por cento no decurso de um anno. Pretendeo-se fazer crer, que os bancos por empresa com este augmento de emissão de papel, nada mais faziam, que seguir o exemplo, que lhe tinha dado o banco regulador; mas isto he um erro crasso, parto de ignorancia, ou má vontade.

Na tabella præcedente vê-se com evidencia a emissão das notas do banco subir á 18,063,000 £ em 5 de Abril de 1836, á 18,154,000 £ em 3 de Maio; depois voltar á 17,899,000 £ em 28 de Junho, e ainda elevar-se á 18,147,000 £ em 23 de Agosto seguinte. Quaesquer observações bastariam para demonstrar, que este augmento he tão somente em apparencia. Sabe-se que o banco regulador tem bancos filiaes disseminados por todas as provincias do reino: ora, as notas emittidas pelos bancos provinciaes differem inteiramente das notas do banco de Inglaterra pela natureza do principio, em virtude do qual ellas são postas em circulação. As primeiras são geralmente inventadas para substituir as notas, que pertencem aos outros bancos, e se retiram da circulação por uma reciproca convengão; e seo valor he sempre me-

não forte, que o das notas substituídas por estas. Portanto estes valores são nada em relação ao total das notas emitidas pelo banco regulador, porém muito, em relação a aquelle, que representa as emissões de Londres, cujo monopólio exclusivo lhe compete, e que deve ter por base o augmento ou diminuição, que haja na circulação; porque, como acabamos de vêr, o banco mestre, com quanto augmente o papel dos seus bancos filiaes, pôde reduzir sua circulação geral. A tabella seguinte demonstra a circulação respectiva do papel do banco mestre, e seus filiaes em 1836. (\*)

(\*) A tabella seguinte representa o valor dos metaes preciosos exportados de Inglaterra á paizes estrangeiros, durante o anno de 1836.

França . . . . .	613,780 £	575,146 £
Rotterdam . . . .	83,288	33,526
Belgica . . . . .		5,473
Hamburgo . . . . .	368,783	45,642
Paizes diversos .	341,703	317,593
	<hr/>	<hr/>
	1,407,554	1,010,380

# TABELLA.

29 de Março . . . .	Circulação de Londres . . .	14,400,000	}	18,000,000
	Idem dos filiaes . . . . .	3,600,000		
28 de Junho . . . .	Idem de Londres . . . . .	14,200,000	}	17,900,000
	Idem dos filiaes . . . . .	3,700,000		
27 de Setembro . .	Idem de Londres . . . . .	14,500,000	}	18,100,000
	Idem dos filiaes . . . . .	3,600,000		
27 de Dezembro . .	Idem de Londres . . . . .	13,500,000	}	17,300,000
	Idem dos filiaes . . . . .	3,800,000		

Por esta forma a redução das notas do banco de Inglaterra durante o anno de 1836, foi de perto de um milhão. Esta quantia he sem duvida pouco importante, mas os bancos por sociedades, se tivessem seguido o exemplo do banco mestre, se tivessem, dizemos nós, reduzido a circulação de seos bilhetes na mesma proporção, ter-se-hia podido prevenir a crise, e hoje em dia o banco teria em seos cofres dobrado ouro, e prata.

Rebenta finalmente a crise; o banco, que durante todo o anno de 1836 soube conservar em seos cofres um valor consideravel de ouro, e prata, vê de repente este valor mingoar successivamente, pela força das circumstancias, de 4,545,000 £ em 13 de Dezembro de 1836, á 4,287,000 £ em 14 de Janeiro de 1837; e de 4,023,000 £ em 12 de Fevereiro á 4,048,000 £ em 7 de Março. Dez mezes bastam para que se faça em seos cofres uma redução de 3,740,000 £, ainda que a quantidade das exportações metallicas, durante este tempo, seja a mais insignificante possivel. Era então, que o systema de emissão, seguido até ali com tanta perseverança, produzia seos fructos. Em Irlanda, onde a mania dos bancos tinha tocado o extremo, o abalo foi tão grande, que o banco agricola, que não tinha senão dous annos de fundação, e que apesar disso tinha 30 filiaes, foi obrigado a fazer ponto: recusava-se receber em pagamento as notas do banco da Inglaterra: tão fortes eram as suspeitas! As notas tinham tido baixa no mercado: ninguem queria senão ouro. Uma nova circumstancia veio ag-

gravar a situação metálica do banco, e foi a má administração, pela qual o banco central, e septentrional de Manchester se embaraçou em dificuldades insuperáveis. Este banco, cuja origem datava de 1834, e que tinha encetado suas operações com um capital de 700,000 £, tendo exgotado todos os recursos, vio-se na necessidade de invocar em seu auxilio o banco de Inglaterra; e se este lhe tivesse negado seus auxilios, sua ruina teria sido certa, e lhe sobreviria a necessidade de fazer ponto: mas o banco de Inglaterra com o fito de prevenir uma catastrophe, cujo resultado teria apresentado um golpe mortal no commercio de Lancashire, atendeu ao pedido, e desembarçou o banco central da perigosa situação, em que se achava collocado, ministrando-lhe avanços consideráveis. Algum tempo depois foi de mister, que o banco de Inglaterra marchasse em soccorro da casa de Esdaile, para obstar, que a quebra desta casa arrastasse consigo a de muitas outras; enfim, e por ultima medida assignou o banco todavia de prestar sua coadjunção á muy grandes casas americanas. Estas casas tinham gosado de uma confiança illimitada! Em Londres, e nas provincias seu papel era procurado; por isso, aproveitando-se d'esta acceitação elles faziam negociações consideráveis; mas, logo que appareceram os primeiros auecos da tempestade financeira, este mesmo papel a pouco procurado, he regeitado pelos banqueiros, que o não querem receber mais por forma alguma. Ninguem duvidava da ruina d'estas casas, e sua suspensão se dirigia a tornar

impossível a negociação de 10 a 12 milhões de papel. O banco previu as funestas consequências, que se hiam originar d'estas bancarotas; lançou mão das garantias, que pôde obter, e recebeu por transação os papeis das casas vacillantes.

Taes são os resultados do nosso actual systema monetario; especulaçoens mal concebidas, e muitas vezes cheias de riscos; balanços violentos, que sempre trazem a par de si a ruina de um grande número de casas: irregularidades continuas no giro dos metaes preciosos: superabundancia, ou inteira falta destes metaes no mercado: eis os males que elle motiva: julgamos portanto desnecessario dizer mais a respeito. A Camara legislativa que se faça cargo de propôr medidas fortes, e proficuas, e as empregue de maneira, que vede a multiplicação de bancos, e sobretudo, que restrinja em estreitos limites a emissão das notas do banco, porque he por este unico meio, que se pôde pôr termo a estas crises arriscadas, que se succedem em periodos fixos desde o começo deste seculo.

# O PORTUGUEZ.

## PARTE PRIMEIRA.

### ARTIGO 3.º

A' SUA Magestade FIDELÍSSIMA A SENHORA  
D. MARIA SEGUNDA.

## DEDICATORIA.

SENHORA.

Se na ordem geral da Sociedade as relações de parentesco, e a attenção á benefícios prestados, são sempre tomados na maior consideração pelos homens, que sabem prézar a valia do presente, e a recordação do passado, jamais ~~se~~ estranho á alguém, que os RR. do Portuguez, possuidos do maior enthusiasmo, e respeito pela Augusta Pessoa de S. M. I. e Senhor D. Pedro 2.º, e grata recordação do 1.º Fundador do Imperio Brasileiro, o Sr. Duque de Bragança, cheios da mais respeitosa sympathia, procurem prestar seu competente á prol do melhoramento da Nação Portugueza, e façam votos pela prosperidade de V. M. F., á Quem, além do nascimento Brasileiro, assistem as circumstancias de Filha do Fundador, e Irman do actual Imperante do Brasil.

Além d'estes assaz poderosos motivos, e do excelso lugar, que V. M. occupa no bello sexo, (o que não he pequena recommendação para o homem pensador) os destinos do, hoje, infeliz Portugal comparados com a antiga grandeza; de que já alardeou perante o mundo civilizado, tendo elle sido por muitas vezes tão farto de riquezas, triumphos,

e conquistas, não podem deixar de atear nos corações inflamados de amor pelas instituições liberaes, aquelle justo sentimento; que só pôde ser passageiro nas almas egoistas. Porque se a Liberdade, esse Dom celeste, não se reverte de varias cores, nem toma differentes caracteres, quando outorgada á differentes povos; aquelles, que são verdadeiros amigos d'ella, devem desejal-a para todos os outros homens, e prestar todos os seus esforços para que ella se generalize.

He preciso, Senhora, não ter o menor conhecimento da historia antiga, e moderna, para o homem; inda o mais indifferentista, não se conduzir do actual estado da Nação Portugueza; porque aquelle que for verdadeiro cosmopolita, quando se lembrar, que os Portuguezes já outr'ora com as armas na mão disputaram com as mais fortes Nações do Universo o dominio do mundo conhecido, e que por seu arrojado valor, e affoiteza, foram senhores de Mascate, Socotora, Goa, Azamor, Tite, Ormuz, Malaca, Surat, Tidore, Angola, Megambi-que, Guiné, Madagascar, Calicut, Mombaça, Ceuta, Silves, Diu, Damão, Bacaim, Chaul, Onor, Bracalor, Mangalor, Cananor, Cangranor, Cochim, Ceylan, Negapatan, Meliapor, Ceilão, e de muitos outros povos nos diversos continentes do orbe conhecido, hade por força sentir o maior abalo, e enojar-se do que um Povo, que outr'ora chegou á tanto, hoje se limite á tão pouco.

Ora, não podem os Portuguezes attribuir tão somente á sua intrepidez tantas vantagens. Todas ellas são devidas, metade ao seu valor, e metade ao saber, denodo, e patriotismo dos Serenissimos Reis, que felizmente tem presidido á terra de Ulisses. Portanto, Senhora, hoje que o Povo Brasileiro se afoga em prazeres, por ver no Throno Portuguez, uma sua Patricia; e que ciosos de seu nome almejam a prosperidade de V. M. F., seja V. M. o santelmo na actual borrasca d'essa culta, e religiosa Nação: e possa a Providencia fazer recahir

sobre Sua Augusta Pessoa os títulos, de *justiciera*, como no Sr. D. Pedro 1.<sup>o</sup>: de *piadosa*, como no Sr. D. João 3.<sup>o</sup>: de *magnanima*, como no Sr. D. João 5.<sup>o</sup>: de *afortunada*, como no Sr. D. Manoel: de *Mãi da Patria*, como no Sr. D. Diniz: e de *clemente*, como no Sr. D. João 6.<sup>o</sup> de eterna memoria, e Augusto Avô de V. M. F.

Os bons, e verdadeiros Portuguezes leaes á legitimidade, e ao Throno de V. M. F., de certo nada duvidam do jus que assiste a V. M. sobre o Throno Portuguez; porém, se ainda alguns outros ha, que, esquecidos do dia 1.<sup>o</sup> de Dezembro de 1640, 6 e 15 do mesmo mez, e anno, e Cortes reunidas em Lisboa em 1641, com quanto se curvem á casa de Bragança, então reconhecida, disputem sobre V. M. o direito á Corôa Portugueza pelo simples facto do nascimento Brasileiro, os RR. do Portuguez armados com o direito das Gentes, e com todas as deiseons das differentes Cortes Portuguezas, d'esde 1143, té o presente, acham-se dispostos a sustentar os direitos inauferiveis de V. M. F.

Cumpra tão somente á V. M., para inteira ventura do Povo Portuguez, seguir religiosamente as pisadas de S. M. o Sr. D. João 2.<sup>o</sup>, que sempre teve por norte, dar tudo ao merecimento, e nada ao nascimento; cumpra mais, como Elle, refrear a liberdade excessiva do povo, e abater o orgulho dos grandes; porque, Senhora, (conforme nos ensina o Filosofo de Genova) he preciso sacrificar metade da liberdade, para poder-se gosar de outra metade. E assim obrando V. M. F., ainda hoje achará na massa dos honrados Portuguezes outros Pintos Ribeiros, Almeidas, Mellós, Cunhas, Menezes, Vasconcellos, Almadas, Mendonças, Noronhas, e Saldanhas, que proponham, garantam, e defendam o Throno, e direitos de V. M., quanto achou o mesmo Sr. D. João 2.<sup>o</sup>: e além d'estes, reproduzir-se-hão á prola de V. M. F. as antigas Lencastres, e Vilhenas, que tanto honram a historia das heroínas Portuguezas.

A Mão celeste, que regna os destinos de todos os entes, dignou-se collocar V. M. á testa da Nação, que mais cultos soube sempre render á Religião, e ao Supremo Creador. essa mesma, que na frase de Reynal, do Author da historia das duas Indias, e do conde de Wellington, he briosa, intrepida, valorosa, emprehendedora, activa, industriosa, e dada ao commercio. Acresce mais, que o Povo Portuguez tão devoto he do Throno, e do Altar, quanto capaz de vingar seus direitos em todos os tempos, e lugares. Portanto, contando elle á sua frente com uma Rainha decorada de mil virtudes, promotora das Artes, das Sciencias, da industria, e do commercio, e capaz de com todo o empenho sustentar o character Nacional, e garantir os direitos, e liberdades de seu Povo, deve-se considerar infallivel a mutua felicidade de tal Rainha, e tal Povo, sendo progressivamente augmentadas as venturas, e prosperidades, que á V. M. F., e ao brioso Povo Portuguez desçam de coração

*Os RR. do Portuguez.*

## **HISTORIA ANTIGA, E MODERNA DE PORTUGAL.**

*Por Maria II.; e pela Lei.*

Portugal, outr'ora a antiga Luzitania, se alguém tentasse discrever d'esde a sua primeira origem, ou teria de revolver os bojudos volumes da antiguidade, ou alias vêr se na penosa circumstancia de lhe não poder acertar com a verdadeira era; porque se penetrarmos os escondrijos da remota antiguidade, veremos na historia Grega, Ulisses fundando Lisboa, e Braga estabelecida por Hamilcon, além do Suevo Riciario fundador da Cidade do Porto em 446 (A. C.): se olharmos a historia Romana,

veremos na divisaõ por Augusto, Hespanha e Luzitania sendo a sua primeira diocese: e nas divisoens de Adriano, e Constantino acharemos tambem especial menção sobre a Luzitania.

Tambem acharemos na antiga historia, que Evora fôra praça d'armas no tempo de Viriato 2.º, e capital no governo de Sertorio; e olhando com attençaõ á lingua latina, quando n'ella não achamos completa a nomenclatura geografica, cosmografica, e topografica do mundo moderno, depa-  
raremos comtudo em seos mais antigos Diccionarios com toda a Portugueza. Veremos a (Liberaltas Julia) Beja, a (Pax Julia) Portalegre, a (septem ares) Arronches, a (Lacobriga) Lagos, a (Salacia Imperatoria) Alcacer, a (Cetrobiga) Setubal, a (Concordia) Thomar, a (Talabriga) Aveiro, e muitos outros nomes, de que consta o Reino do, só hoje, pequeno Portugal. Mas, para que remontarmos nos á tão antiquarias épocas? Se he uma infallivel lei dos contingentes, que todas as cousas creadas nasçam, cresçam, e morram; com quanto a materia possa unicamente soffrer modificação, mas nunca absolutamente morte, escusado julgamos tomar o tempo aos nossos leitores com as differentes vicissitudes por que passou Portugal antes de elevado á Condado, e á Reino; isto he antes de 1094; ou antes do Conde D. Henrique de Borgonha.

Este Principe tão relevantes serviços tinha feito ao Rei de Leão D. Affonso 6.º, que em recompensa lhe deo em casamento sua filha D. Thereza, e por dote a Cidade do Porto, e suas dependencias. Em 1109 deo á luz D. Thereza um filho de nome D. Affonso Henrique, e por este nascimento seo pae teve de seo sogro todas as possessoens, que tinha na Luzitania, que abrangia as de hoje Provincias de Galliza, Tras-os-Montes, Minho, e Cidades de Lamego, Coimbra, e Vizeu. Este Principe, com o titulo de Conde, que recebeu, e pela resolução tomada no concilio de Clermont, resgatou do poder dos Mourões quasi todo o seo condado.

Em 1112 succedeo D. Affonso Henrique á seo p<sup>ae</sup>; mas por ser de tenra idade, ficou na regencia do Reino a Rainha, que nada bom governo fez, e por isso, e por tornar-se a casar com D. Fernando Paes, logo que o Principe chegou á idade sufficiente tomou conta do seo governo. Este Principe melhorou as leis; venceu a guerra de Badajoz; venceu Ismael, e 5 Reis seos tributarios em 25 de Julho de 1139, e n'esse dia foi aclamado Rei de Portugal cujo titulo lhe foi confirmado em 1143 pelas Cortes de Laurogo. Este monarcha em 1147 tomou Santarém, e em 25 de Outubro do mesmo anno tomou Lisboa.

Em 1185 succedeo D. Sancho á seo p<sup>ae</sup> D. Affonso; este principe o mais instruido na arte de governar, restabeleceo muitas cidades arruinadas: em 1188 senhoreou-se de Silves; e a sua ultima faganha foi a tomada de Elvas, além de muitos outros grandes factos seos.

Em 1211 succedeo á D. Sancho 1.<sup>o</sup>, o digno D. Affonso 2.<sup>o</sup>, que tendo ajuntado Cortes em Coimbra, e postergando a excommunhaõ do Papa Honorio 3.<sup>o</sup>, reprimiu as desordens do clero, e torna-se insensivel contra os Mouros.

D. Sancho 2.<sup>o</sup> elevado ao throno em 1222 conciliou-se com o clero, casou com uma mulher viciosa; em 1245, e por causa de suas immensas loucuras, deo occasião á sublevaçaõ do Porto sob o commando de Raimundo Viegas Porto, que deo azo a lhe ser arrancada de Palacio a Rainha, causa de sua perdiçaõ, e de ser elle desobedecido pelos seos vassallos. Pela pessima conducta d'este Monarcha os povos se conjuraram, e propozeram em seo lugar seo irmão D. Affonso 3.<sup>o</sup> Este Principe com quanto tivesse promettido popularisar-se, foi recebido em Portugal com indifferença em quasi todas as Cidades; mas, fazendo renascer a paz interior, empregou todos os seos disvelos em fazer prosperar de todos os modos seos Povos; de 1254, a 1259 visitou todo o Reino, juntou cortes em Lei-

ria, e terminou sua vida, tendo-se constantemente mostrado o mais firme contra a corte de Roma.

A' D. Affonso 3.<sup>o</sup> succedo em 1279 D. Diniz, que fundou em Lisboa uma Universidade, a qual foi ao depois transferida para Coimbra. No seo reinado extinguiu-se a ordem dos Templarios; pelos cavalheiros de Jeruzalem foi tomada a ilha de Rhodes, e foi instituida a Ordem de Christo. Diversas vezes se conspirou contra elle seo filho D. Affonso, mas a Rainha Santa Izabel pôde congratula-los. Ganhon o nome de *rei lavrador*, e *Páe da Patria*, pelo que adiantou a lavoura; fez reparar cidadellas, e castellos: mandou fortificar o Porto, Braga, e Guimaraens, e tendo feito renascer as bellas letras, e acolhido os sabios, morreo de 64 annos de idade, pranteado por todos os seus vassallos.

Quando em 1325 subio ao throno D. Affonso 4.<sup>o</sup>, este monarcha não se fez cargo dos negocios publicos; mas, sendo reprehendido pelos seus ministros, e ameaçado de que *procurariam outro Rei*, entrou em si, e deo-se todo então aos negocios do Reino, chegando-se a cobrir de gloria com os Portuguezes na celebre *Batalha de Salado*, ganha sobre Aboacem. Foi justamente este Rei o vivente, que se atreveo a hir de encontro ás leis da Natureza; elle quiz coarctar o amor de seo filho D. Pedro por Ignez de Castro; e tendo-se tornado inimigo por este injustissimo motivo, ao depois que os traigoeiros monstros Alvaro, Pacheco, e Coelho assassinaram a infeliz victima, reconciliou-se com seo filho, e pouco ao depois falleceo.

Em 1357 subio ao Throno o Numa Portuguez, D. Pedro 1.<sup>o</sup>, o qual livrando seus vassallos de sanguinolentas guerras, ratificou o tratado de paz com Castella, e só cuidou de vingar-se dos vis assassinos de sua infeliz consorte, a qual em 1361 elle fez reconhecer publicamente por sua esposa, ser acclamada Rainha, e beijar-lhe a mão, (depois de tirada do tumulto) toda a nobreza e clero do reino; e, tendo-a depositado de novo em Al-

cobaa; passou a reconhecer por legitimo seos filhos havidos d'esta rainha. O grande cuidado d'este soberano foi obstar por meio de leis a avareza dos juizes; e por isso extinguiu os cargos de letrados, e procuradores, persuadido de que assim diminuiria o numero das demandas: e seo coração era tão beneficente, que o fazia dizer por muitas vezes, *que um principe, que passa um dia sem fazer bem, não he digno de ser rei: o certo he que Portugal nunca teve um Monarcha mais cioso do cumprimento da lei.*

Em 1367 subindo D. Fernando ao throno, mandou logo lavrar as terras incultas, e construir muitos navios de guerra, inculcando-se do intento de futuro rei dos mares; promulgou algumas leis uteis: mas seo genio inconstante, e sua infelicidade na escolha dos seos ministros, lançaram o reino no maior abismo de desgraças, ganharam-lhe muitos e poderosos inimigos, qual D. Henrique Rei de Castella, obrigaram-no a fazer vergonhosos tratados com os reis de Granada, e Aragon; e retirado em Coimbra deixar tranquillamente assolar, e devastar o seo reino por D. Henrique. Em 1372 mandou lundir toda a moeda antiga, e conhar outra nova, tendo seos vassallos de prejuizo 50 por cento. Deo-se á luxuria completamente, e nos braços de D. Leonor em Santarem nada providenciou, para obstar a devastação dos Castelhanos. Em 1373 finalmente houve suspensão de armas; reuniram-se Cortes em Atouguia: D. João, filho de D. Pedro 1.<sup>o</sup>, e D. Ignez de Castro, casa com D. Maria Telles, irman da Rainha, que por seos embustes faz com que D. João apunhale sua consorte, e ao depois desesperado retire-se á Castella. A rainha se entrega ao seo valido João Fernando de Andeiro; este valido faz com que o rei quebre o tratado com Castella, e faça um novo com o conde de Cambridge, e o duque de Lencastre. Em 1382 a rainha, por ser capital inimiga de D. João o grão-mestre de Aviz, alcança do rei uma ordem para

elle ser degolado; mas sendo D. Fernando avisado de que a rainha o trahia, suspendea a execução. Seguiu-se a paz com Castella sem sciencia dos Ingleses; e D. Beátriz herdeira do throno, casã com o rei de Castella D. João 1.º Fernando certificando das perfidias da rainha, lança-se nos braços do gran'-mestre de Aviz, que o determina a mandar matar Andeiro, cuja punição não se effectua logo pela morte de D. Fernando. Este rei além dos males, que accarretou sobre Portugal, dissipou todos os thesouros amontoados por seu pãe; e sendo máo para si, foi pessimo para o seu Povo: *pois um rei máo arrasta mais facilmente consigo a total derrota de uma Nação inteira, do que uma Nação, inda a mais sublevada, he capaz de promover, e conseguir a inteira derrota de um rei*: Porque he certo, que n'estes casos o calculo do damno causado sempre se deve reputar na razão de 1 para uns poucos de milhoens.

Com a subida ao throno de D. João Mestre d'Aviz em 1383 começou a segunda época da Monarchia Portugueza; e assim quanto D. João rei de Castella, como marido de D. Beátriz, filho do defuncto rei, mandasse pedir a corôa, este infante, instado pelos Portuguezes procura a regencia do reino, que lhe he denegada pelo rei de Castella; aquelle aproveita-se das disposições favoraveis do povo: D. Fernando tinha deixado a regencia a rainha, mas elle resolve-se á tirar-lhe, e ao rei de Castella a corôa. Acclama-se, por influencia da rainha, D. Beátriz sua filha; mas, tendo achado grande opposição. sua cega paixão por Andeiro, lhe inspira os maiores tresvarios. O gran'-mestre occultado em um quarto visinho, ao em que estava a rainha, apunhala Andeiro, e propoem retirar-se para Inglaterra com o fito de evitar o odio da rainha, e excitar o amor dos Portuguezes, os quaes, não o deixando ir, acclamam-no Regente, e Protector de Portugal: a rainha faz com que o rei de Castella entre em Portugal com tropas, que vem sitiá-lis Lisboa, mas que, sendo batidas retiram-se.

Santarem. Cerca-se de novo Lisboa em 1384; entra a armada castelhana no Tejo: mas uma outra, vinda do Porto, a attaca, e abre caminho: dura o cerco 5 mezes; retira-se o rei para Torres Vedras, e d'ahi para as fronteiras: algumas cidades entregam-se ao Regente, e os Portuguezes, commecam a ganhar animo. Em 1385 descobre-se uma conjuração contra o regente, e Gonçalvez de Valdez por esse motivo he queimado vivo. João das Regras ganha a opiniao geral, e faz com que o Regente seja acclamado Rei; mas, com quanto o Regente renunciasse este cargo, as Cortes o acclamaram em 6 de Abril. A' 14 de Agosto, na batalha de Aljubarrota elle disbarata completamente os Castelhanos; o rei de Castella desce ao Tejo, e retira-se á Sevilha. Em 1387 o condestavel D. Nuno. Alves Pereira, consegue a victoria junto á Valverde. Em 1388 alcança o Rei licença para casar por ser gran'mestre d'Aviz. Em 1399 preside o rei ás Cortes de Braga; faz um tratado de paz: dissipa-se o espirito revolucionario no reino, e com a paz florecem as artes, e as sciencias, e a agricultura; e a Sé de Lisboa he exigida em metropole.

D. João passa-se á Africa á testa de uma expedição e toma Ceuta em 1418; suspendem-se as armas por 12 annos em Castella: o Infante D. Henrique occupa-se da navegação, e descobertas, o que consegue na Madeira por João Gonçalves Zargo em 1419: continuam-se as descobertas até o cabo Bojador; e estas empresas animam o Infante a mandar Gil Amnes com 3 náos, que se adianta mais de 300 legoas além d'este cabo, e passam-se 50 annos, sem que pessoa alguma ouse passar á mais longe. Em 1422 El-rei marca as eras por Christo, e não por Cezar, como d'antes; em 1426; isto he, em 4 de Novembro d'esse anno, manda elle, que se estabeleça a successão dos monarchas sem offender as leis fundamentaes da Monarchia, e morre em 1433. Este rei foi um grande estadista, e guer-

reio. rei. e pae de seus vassallos, mereceo as lagrimas de todo o seo povo; e em seo reinado he que houve o combate dos 12 Inglezes contra os 12 Campeoens Portuguezes, á imitação dos Horacios com os Curiacios, ficando todavia vencedores os Portuguezes.

Em 1433 D. Duarte succedeo á seo pae D. João 1.<sup>o</sup>, fazendo logo reconhecer por herdeiro do reino, e legitimo da corôa a seo filho D. Affonso. Em 1434 reuñem-se Cortes em Santarem; os Infantes passam á Africa, mas reduzidos á ultima extremidade por um exercito de 300,000 Mouros, pedem treguas, dão refens, sendo um d'elles o Infante D. Fernando. Em 1437 reuñem-se Cortes em Leiria; propoem-se a entrega de Ceuta em resgate do Infante: não se approva a proposta, e o rei levanta um exercito para resgatal-o: e apparece a peste, que poz o reino na ultima consternação. Em 1438 o rei, que reunia em si todas as qualidades necessarias para reinar, occupa-se de remediar os males de seo povo consternado pela peste, e elle mesmo morre infectado d'ella em Thomar.

Por causa da menoridade de D. Affonso 5.<sup>o</sup> os grandes, e o povo do reino, oppondo-se á que a Rainha ficasse governando como tutôra do joven Monarcha, aclamam em 1438 o infante D. Pedro, tio de D. Affonso. Em 1440 por concessão das Cortes reunidas em Torres Vedras caza o rei com D. Izabel filha do regente; e foi n'esse anno que Gutenberg, Fausto, e Schoeffer inventaram a arte Typographica, conseguindo sómente imprimir uma obra inteira em 1450, depois de muitos, e repetidos ensaios. Por esta grande invenção he tributario á Allemanha todo o mundo conhecido!! Em 1446 chegando o rei á idade de 14 annos, o regente entregou-lhe as redeas do governo; mas o regente continúa a governar porque assim aprouve ao rei. Em 1447 alguns fidalgos por inveja do regente malquistam-no com o rei, que manda declarar o regente por traidor á patria; o infante na

dura necessidade de pegar em armas para se defender, he batido pelo exercito do rei; que era 2.ª vez maior, que o seo, nas margens do rio d'Alfarrôbeira, e morre com todos os seus, ao depois de ter feito prodigios de valor. O rei prohibio que se sepultasse o corpo do regente; mas ao depois melhor informado rehabilita-lhe a memoria em 1455, e em 1457 o corpo do regente he trasladado ao templo da Batalha, seo filho D. Pedro he mandado voltar ao reino, e todas as suas honras, e dignidades lhe são restabelecidas. N'esse mesmo anno o rei passou á Africa e tomou *Alcázar*. Em 1459 instituiu-se a ordem da Torre, e Espada, e em 1470 morreo em Sagres o infante D. Henrique, tio do rei. N'esse mesmo tempo mandou o rei a 2.ª expedição á Africa, na qual nada aproveitou; mas em 1470 com a 3.ª expedição tomou *Arzilla*, e *Tanger*, e na volta entrou triunfante em Portugal. D. João filho do rei casado com D. Leonor tem casa com D. Affonso, que á annos achava-se viuvo, e com D. Joan, na filha do rei de Castella, e toma o titulo de rei de Portugal, e de Castella. Os dois reinos poem-se em guerra. D. Affonso he vencido na batalha entre Toro, e Zamora: e D. Duarte de Almeida, que levava o estandarte real, apresentou a maior constancia, e heroismo, chegando a sustentar com os dentes o estandarte, até que foi todo cravado de golpes, porque cortaram-lhe as mãos uma após outra. D. Affonso, por não acceitar o conselho da nobreza, he preso por Luiz 11.º rei de Franca, que o engana, e nega-lhe os soccorros, que o rei lhe hia pedir. Em 1476 os Portuguezes aclamam Rei o principe D. João filho de D. Affonso, suppondo que este se tinha passado á terra santa.

Em 1477 D. João na qualidade de Rei continuava a guerra, quando, tendo Luiz 9.º soltado a D. Affonso, este chega com as Nãos ao Tejo; D. João aturdido com aquella appareição reune con-

selho, o Duque de Bragança he de opinião que elle entregue a corôa á seo Páe, sendo do mesmo voto o Cardeal D. Jorge, e ao depois da entrega da corôa, D. João renuncia ser Rei do Algarve, como seo páe o queria fazer. Em 1478 ainda continuava a guerra com Castella, porém fez-se a paz, D. Affonso renunciou ao throno de Castella, e por um de seus artigos ficou Portugal senhor da navegação da costa de Guiné. Em 1480 houve uma grande peste no reino. Tardando a troca dos refens para segurança da paz, D. Affonso, e D. João mandaram ao rei de Castella dous dados, n'um escrito paz, n'outro guerra; passo este, que fez cessar todas as difficuldades. D. Affonso morreo em Ceutra atacado da peste, quando já hia entregar a corôa á seo filho. Foi D. Affonso um principe muito generoso, repartio muitos bens da corôa com os fidalgos, e foi o primeiro soberano, que estabeleceo livreria em seo Palacio.

Em 1484 foi D. João 3.<sup>o</sup> competentemente aclamado rei, e tornando-se unico senhor do throno, esmerou-se em sondar os talentos de seus vassallos, para os empregar conforme suas capacidades. Revestido da maior severidade na execução da justiça, e rodeado de homens sabios, e prudentes, dá tudo ao merecimento, e nada ao nascimento; reúne Cortes em Evora: refreia a liberdade do povo, e abate o orgulho dos grandes: não dá ouvidos á representação da nobreza apresentada pelo Duque de Bragança: surprende uma correspondencia do rei de Hespanha com o Duque de Bragança, que logo he preso, mettido em uma torre de seo palacio, processado e executado em Evora; presidindo o rei á todas as sessoens. Iago d'Azambuja descobre a costa de Guiné, edifica uma cidadella, e carregado de ouro, e marfim regressa á Lisboa. Sobre as cinzas do Duque de Bragança renasce outra conspiração, da qual escapa o rei, apunhalando com sua propria mão o Duque de Vizeu, chefe della, e punindo com supplicio os mais complices. D. João não ac-

ceita as offertas de Colombo; Diogo Cão descobre Guiné, e avança até o Zaire: na seguinte viagem passa 200 legoas além d'este, e opera-se na Africa a tomada da Cidade d'Azamor. Entre 1485 e 1486, Bartholomeo Dias com 3 náos, chega até o — Cabo Tormentoso — ao qual o Rei dá o nome de — Cabo da Boa Esperança — embelezado na descoberta; Cochlan não he menos feliz na sua viagem por terra á India: e em 1489 promulgam-se leis contra o luxo. N'este anno, tendo sido lançado fóra de seo reino (Negreçia) Bemois chega á Lisboa, e faz-se Christão; os Judeos acossados pela iniquizaõ em Hespanha, são recebidos em Portugal, com promessa de se baptizarem, e por isso são mandados povoar algumas conquistas: além de tudo isso reúnem-se Cortes em Evora pelo casamento de D. Affonso com D. Izabel, filha do rei de Castella.

Entre 1490; e 1491 morre d'uma quêda de cavallo D. Affonso, filho do rei; ao Duque de Beja pertence a corôa: mas o rei por antipathia, que contra elle nutria, faz todo o possível por deixar a corôa á D. Jorge, seo filho natural, no que o Papa não convém. Baptizam-se os embaixadores do rei Congo, bem como elle mesmo; D. Fernando de Menezes, governador de Ceuta se apodera de Targa. e Caniça: D. João consente á final, que seja nomeado por seo successor á corôa ao Duque de Beja. Em 1492 Colombo descobre o Brasil, e de retorno entra em Lisboa recebendo d'este rei optimo tratamento; n'este mesmo anno se fez o celebre tratado de Trodesilas em 7 de Junho, entre Portugal, e Hespanha sobre as demarcaçoens das novas conquistas, ao depois ratificadas pelo Papa Alexandre 6.<sup>o</sup>: demarcou-se a tão fallada linha de Alexandre 6.<sup>o</sup>, pela qual 300 legoas a O. das illas de cabo verde pelo lado oriental deveria pertencer á Portugal, e pelo lado occidental á Hespanha, divisão esta, que toda a Europa observou tranquilla. Foram ao depois mandadas edificar por D. João duas fortalezas na foz do Tejo, uma em Cas-

zaes, outra defronte. Henrique 7.<sup>o</sup> de Inglaterra dizia, que o mais raro, que tinha visto em Portugal, era um rei que governava á todos, e ninguem o governava. Elle recebeu com valor, e constancia o annuncio de sua morte, e entregou-se nas mãos de D. Jorge, seu filho natural. Os Portuguezes tanto temiam, quanto choraram este Monarcha, que goza na historia o titulo de *Mestre dos reis*.

Aqui ultima-se a primeira época da Monarchia Portugueza; e como um pequeno jornal nos não dá lugar á que tratemos toda a historia de uma vez, nos reservamos para ir progressivamente tratando em os outros numeros: outro sim, como não he possivel inventar cousa alguma em Historia, mormente antiga, e inteiramente veridica, como a de Portugal pelos differentes authores, por isso nossos leitores não acharão novidades n'este pequeno esboço da historia de Portugal, e tão somente acharão as mais salientes idéas á respeito, collidas dos melhores authores, que se tem feito cargo escrever com toda a fidelidade a historia dos antigos vencedores de Badajoz, e Ourique. Passemos á parte politica.

## POLITICA

He inquestionavel o direito antiquissimo, que assiste aos Portuguezes, á serem governados constitncionalmente; elles d'esde a sua mais remota origem, gosaram sempre de um governo monarchico representativo; e todos os Reis Portuguezes, d'esde a elevação do seu primeiro trono em 1094, longe de terem assumido um poder absoluto, antes formalmente o abjuraram, dando uma prova evidente, de

que o complemento da sua authoridade suprema dependia essencialmente da vontade da nação, representada pelas diversas ordens do Estado: esta verdade he formalmente reconhecida nas palavras de D. Affonso Henrique, quando no momento da sua coroação voltou-se para o Arcebispo de Braga, e para a assembléa, e disse — *Eu sou rei, e fazamos leis, que mantenham no reino a publica utilidade.* Além d'isso nós vemos, que d'esde essa época até 1820 houve em Portugal 97 convocações de Cortes, e que os mesmos usurpadores da Corôa Portuguesa, os Filippes de Hespanha, as conservaram tres vezes. Olhemos ainda mais para o estado politico de Portugal antes da aclamação de D. Affonso Henrique, e veremos, conforme luminosamente expõe o insigne Freire de Carvalho, que as formas constitucionaes se podem bem dizer innatas à Nação Portuguesa. Vejamos as expressões daquelle tão habil, quanto patriota Portuguez, cujas idéas passamos a transcrever — As formas constitucionaes, ou as Cortes em Portugal, tem sido em todos os tempos conhecidos a coisa mais sagrada, e importante, que politicamente temos possuido; e d'ellas sempre dependeram essencialmente, assim como ainda hoje dependem, as nossas liberdades. He uma instituição mui sagrada, porque sem haver sido sancionada na sua origem por lei alguma escrita, de que as historias façam menção, sempre gozou do character de uma certa lei natural, que sem necessitar escrever-se com caracteres humanos, passa de geração em geração gravada

na memória, e no coração dos homens. Assim a instituição de nossas Cortes, ou de uma representação nacional, se póde mui propriamente denominar uma *lei da terra*, fundada em immemorial, e antiquissimo costume, mantido entre as ruínas do Imperio Romano por todas as naçoens do Norte, que vieram fundar novos reinos, e imperios na Europa, e chegaram até a extremidade d'ella, o nosso Portugal. Tacito fallando dos costumes dos Germanos, diz no cap. II — *Os negocios pouco importantes são regulados pelos chefes; os mais importantes pela nação.*

Mas, nem isso nos vieram ensinar os Godos, e Wisigodos, que a final nos deram as leis; essa lei, e esse costume eram as bases das liberdades dos antigos Lusitanos, já antes de serem dominados pelos Romanos, Godos, e Wisigodos. Se entre elles havia que estabelecer algum regulamento novo para o bem commum da sociedade, serviam-se do meio, usado nas puras democracias, ou das *assembléas geraes*, em que cada individuo tinha o arbitrio de approvar, ou rejeitar o que n'ellas se propunha. E ainda n'esta acção respirava o ar militar, que sempre distinguio nossos avos, e em que eram creados; porque, um bater de espada no broquel era o signal de approvação, e um sussurro inquieto o de desapprovação. Logo d'este uso, e d'esta pratica se vê, que uma das primeiras, e essenciaes liberdades dos antigos Lusitanos era a discussão, e approvação dos negocios publicos nas suas *assembléas geraes*, que depois denominamos Cortes.

He verdade, que com as conquistas Romanas perdemos este nosso antigo direito politico; mas vendo os senhores do mundo, que o povo Lusitano não largava as armas, e antes queria morrer livre, do que ser escravo de Roma, procuraram á final captivar-nos com esses mesmos dons de liberdade, pela qual nunca tinhamos cessado de pelejar. Sim, captivaram-nos com essas honras, e privilegios, que a sagacidade Romana sempre tinha de reserva, quando lhe falhavam as armas; isto he, com os foros de columna, e municipio: foros, que nos faziam quasi tocar o nome de cidadãos Romanos, e ao que o mundo d'esse tempo dava a maior estimagaõ. Por esta maneira conseguiram pela liberdade um dominio, que nunca tinham podido conseguir pelas armas; e assim tambem deixaram á todos os governantes futuros do brioso povo Lusitano a grande, e luminosa liçaõ, que um tal povo póde, sim por annos, ser privado de suas liberdades, mas não póde ser eternamente escravo de ninguem; porque cedo, ou tarde toma a heroica resoluçaõ de as recobrar.

Na conquista dos Godos, e Wisigodos, tanto que ella se tornou solida, e pacifica, fomos pouco a pouco voltando á nossos antigos costumes nacionaes, que mui analogos eram aos dos nossos conquistadores. N'essa época já vemos serem os reis Godos conduzidos ao throno pelos votos das ordens distinctas do Estado, e com approvaçaõ geral; e pouco ao depois logo achamos, que os negocios publicos entraram a ser discutidos pelas mesmas ordens

distinctas do Estado n'essas assembleas mixtas, denominadas *concilios nacionales*, ou *provinciales*. Vendo os reis Godos, que nada era mais capaz de segurar os seus interesses, que as decisoes dos concilios, e que estes deviam ser por consequencia as suas Cortes ou Estados geraes, tiveram sempre o maior cuidado em os convocar, já de toda a nação, já de alguma provincia. N'elles, confessam tanto os bispos, como os reis, que o motivo d'estas convocacoes he muitas vezes, além dos interesses da Igreja, o dos interesses do Estado. E com effeito, isto mesmo provam os factos muito mais efficazmente que as palavras; porque ali se prescreviam as leis fundamentaes para a successão do throno, e regimento dos que á elle deviam subir: ali se confirmavam de facto as deposicoens, e enthronisacoens dos reis, e se defendia a sua vida, e interesses: ali se ordenava, ou reformava a legislação: e ali finalmente se conhecia dos crimes mais graves, e dos negocios, que influíam tanto no direito publico, como no particular. Em uma palavra, n'estas assembleas mixtas assistiam tanto os Bispos, como os grandes da Corte. á quem os reis tambem se dirigiam em suas fallas; e por fim subscreviam os decretos.

Na entrada dos Arabes muitas d'estas liberdades se perderam, como sempre acontece na época das conquistas; mas, apesar d'isso não morreram de todo, nem de todo se esqueceram. Nas montanhas das Asturias se salvou a *arca santa* da nossa alliança politica; e com o tempo d'ella tornaram a sahir as taboas da

lei, que haviam escapado ao alfange mahometano. O Sr. Antonio Caetano do Amaral diz positivamente na sua quarta Memoria sobre o Estado da Luzitania n'este ultimo periodo até ao estabelecimento da monarchia portugueza, que a forma do governo na monarchia dos reis das Asturias, e de Leão era, como se segue — *Continuam á se congregar, para a determinação dos negócios graves, congressos dos prelados, e magnates, convocados, e ordinariamente presididos pelos reis* — Logo de tudo, o que rapidamente deixamos apontado, podemos por conseguinte affoitamente concluir, que as bases do nosso direito publico, e politico, d'esde os primeiros, e primitivos tempos da nossa organisação social, foram sempre constitucionaes, e nunca filhas de uma authoridade absoluta. E sendo isto assim, que Portuguez brioso haverá, que possa consentir em que impunemente se lhe roube tão preciosa herança, ou que seja capaz de a trocar por uma voluntaria, e sempre abjecta servidão? — Pela exacta opposição, que acabamos de transcrever, vê-se claramente a forma de governo, que d'esde sua origem, sempre gosou Portugal; vejamos agora qual a marcha, que seguiram todos os reis, que d'esde D. Affonso Henrique subiram ao throno Portuguez, convocando sempre Cortes em todas as suas differentes épocas.

Em 1143 convocou D. Affonso I.º as Cortes de Lamego, vendo-se á isso obrigado, para obter legitimamente a sua nova, e alta dignidade, com que hia governar, e sujeitar-se á lei commum da terra, só em virtude da qual

podia reinar. N'estas Cortes o rei propoem as leis; os nobres, e prelados deliberam com elle sobre a utilidade, e conveniencia das mesmas leis: e o povo finalmente as acceita, e approva:

D. Affonso 2.<sup>o</sup> tambem convocou as Cortes em Coimbra, nas quaes se estabeleceram juizes, e se fizeram as leis, que em n.<sup>o</sup> de 25 se acham no livro do real archivo, intitulado — das leis, e posturas antigas — sendo estas em numero de 26 no livro das Ordenações do Sr. D. Duarte; passando de todas estas 14 para o codigo de D. Affonso 5.<sup>o</sup>, n'estas Cortes se legislou, 1.<sup>o</sup> que quem propozesse uma demanda injusta pagasse á parte offendida uma certa somma: 2.<sup>o</sup> que as sentenças de morte se não executassem senão passados 20 dias depois da sua data: porque a justiça se podia fazer á todo o tempo, e a injustiça em taes casos ficava sendo irreparavel. (1) Outras leis salutaras foram decretadas n'essas córtes; as quaes deixaram de ser convocadas nos reinados de Sancho 1.<sup>o</sup>, e 2.<sup>o</sup>, tanto pelas guerras dos Mouros, quanto pelas muitas desgraças de peste, fome, e guerra, pelas quaes estes reis tiveram de passar: sendo certo, que a quèda de Sancho 2.<sup>o</sup> se deve ao despreso, que lhe me-

(1) Aprendeí de D. Affonso 2.<sup>o</sup>, vós, que governando por impostura constitucional, atropelaes os direitos dos povos, e verdadeiros absolutistas cevaes a vossa sanha implacavel em promover commissoens militares, alçadas especiaes, e outros julgamentos, que só vos quadram, quando o povo vos reage nas revolugoens iniqua, de que já fostes encarnigados agentes.

receo a convocação de Cortes, por onde elle podia identificar-se com o povo. (1)

Em 1254 convocou em Leiria Cortes D. Affonso 3.; onde se fizeram leis para o melhoramento, correcção, e emenda do reino: em 1263 as convocou em Santarem, onde se lhe concederam varios privilegios, e se decidio, que a terça parte das barcas, que navegassem no Douro, e as náos da França, que ali aportassem, descarregassem em Gaia, e não no Porto: fizeram-se tambem em Santarem leis para a correcção dos costumes, (2) e entrega de certos bens pertencentes á certas igrejas, por occasião de uma bulla de Gregorio 10.º, por queixa dos bispos do reino. D. Diniz successor de D. Affonso 3.º convocou cinco vezes Cortes, sendo uma na Guarda, 3 em Lisboa, e uma em Santarém. D. Affonso 4.º successor de D. Diniz, ao depois de reprehendido asperamente pelos seus ministros, e tendo entrado em si, reunio Cortes seis vezes; isto he, em 1325 as de Evora: em 1331 as de Santarém: em 1334, e 1340 tambem em Santarem: em 1335 as de Coimbra: em 1352 as de Lisboa: em todas estas Cortes trataram-se objectos de somma importancia, e se fizeram leis salutaras ao povo, sendo uma d'ellas sobre o systema monetario, e outra approvando o casamento do Principe com a infanta D. Constança.

D. Pedro 1.º no curto espaço do seo rei-

(1) Que exemplos p'ra ti, ó formosura!!!

(2) Hoje fazem sé leis, não com estes fins, porém para commodidade, e arranjo de quem legisla.

nado sempre convocou as Cortes de Elvas em 1361; nellas se propoz a intitulada *concordia* do rei com o clero, contendo 33 artigos, e em toda sessão se promulgaram 90 artigos geraes dos povos, e alguns especiaes para Coimbra. Muitos querem attribuir ao desejo de governar absoluto, o ter este Monarcha reunido Cortes uma só vez no seo reinado de dez annos: mas as verdadeiras causas d'este procedimento são o estado, em que se achava o reino em consequencia das dissensões domesticas, que tinham havido entre elle, e seo pae, e antes d'isso entre seo mesmo pae, e seo avô, de sorte, que o reino então mais precisava da boa execução das antigas leis, do que de outras de novo.

No reinado de D. Fernando, successor de D. Pedro 1.<sup>o</sup>, houve reunião de Cortes 5 vezes; umas em Coimbra, cuja data he incerta: outras em Lisboa em 1372: outras no Porto em 1373: as de Leiria em o mesmo anno de 1373, e as de Atouguia em 1376. Em todas estas Cortes se fizeram leis importantissimas, como as que se promulgaram em favor da agricultura, e Commercio, sobre os mendigos, e a de 13 de Setembro de 1376, que regulou a jurisdicção dos donatarios, e a que deo providencias a bem da navegação, e commercio maritimo.

O mestre de Aviz foi aclamado rei nas celebres Cortes de 1385 em Coimbra, tendo-se obrigado á cinco capitulos, que as Cortes apresentaram, os quaes são os seguintes: 1.<sup>o</sup> não admittir em seo conselho creatura alguma da

rainha D. Leonor Telles; 2.º excluir-las de todos os officios da corôa, e outros do reino; 3.º não tratar cousa de importancia sem consulta de seo conselho, alguns membros do qual elle traria sempre consigo: 4.º não fazer a paz, ou a guerra sem intervenção das Cortes; 5.º não obrigar alguém a cazar, por isso que o cazamento deve ser um acto livre. Além d'estas Cortes de 1385, nas quaes tambem se decretou o imposto de 400,000 libras de moeda antiga sobre o povo, D. João convocou mais 24 vezes Cortes pela maneira seguinte; no Porto em 1387, nas quaes se concedeo ao clero de Elvas a izenção de redizima de seos beneficios, que antes pagavam: em Coimbra em 1387, nas quaes se decretou siza geral por um anno para as despesas da guerra: n'esse mesmo anno as de Braga, em que se duplicou o pagamento das sigas por um anno para os mesmos fins antecedentes: em Lisboa em 1389, em que se decretáram penas contra a malversação dos fégalgos: em Coimbra em 1390: em Evora em 1391, nas quaes foi juramentado o infante D. Affonso, e se requereo estalagens para o reino: em Lisboa em 1391: em Coimbra, principiadas em 1394, e acabadas em 1395: outras em Coimbra em 1398: no Porto tambem em 1398: em Coimbra em 1400: em Guimaraens em 1401: em Lisboa em 1404: em Santarem em 1406: em Evora em 1408: em Lisboa em 1410, 1412, 1414, e 1417: outras em Estremoz em 1416: em Santarem em 1418, e 1430: outras em Lisboa em 1427: regulando

quasi nos 48 annos de reinado de D. João 1.<sup>o</sup> convocagoens de Cortes certas de dois em dois annos.

D. Duarte seo filho, que lhe succedeo, em cinco annos, e um mez de seo reinado reunio Cortes quatro vezes, sendo as primeiras em Leiria em 1434, que se passáram para Santarem; as segundas e terceiras em Evora nos annos de 1435, e 1436: as quartas em Leiria em 1438.

Na menoridade de D. Affonso 5.<sup>o</sup> as Cortes annulláram o testamento d'el-rei D. Duarte; e em lugar da Rainha regente por ultima vontade do rei, nomeáram o infante D. Pedro, duque de Coimbra, regente do reino. Seis vezes reuniram-se Cortes durante a menoridade; primeiras em Torres Novas em 1438: segundas em Lisboa em 1439: terceiras em Torres Vedras em 1441: quartas em Evora em 1442: quintas tambem em Evora em 1444: sextas em Lisboa em 1446, n'as quaes o regente entregou o governo á el-rei, e se ratificou o casamento d'este com a rainha D. Isabel. Convocou el-rei 16 vezes Cortes no tempo do seo reinado; 1.<sup>a</sup>, e 2.<sup>a</sup> em Santarem, e Lisboa em 1451: 3.<sup>a</sup> em Lisboa em 1455: 4.<sup>a</sup>, e 5.<sup>a</sup> mesmo em Lisboa n'esse anno, e no de 1456: 6.<sup>a</sup> tambem em Lisboa em 1449: 7.<sup>a</sup> em Evora em 1460: 8.<sup>a</sup> na Guarda em 1465: 9.<sup>a</sup> em Santarem em 1468: 10.<sup>a</sup> em Lisboa em 1471: 11.<sup>a</sup> as principiadas em Coimbra no anno de 1472, e acabadas em Evora em 1473, havendo tambem em Evora em 1475: 12.<sup>a</sup> em Arrouches no

mesmo anno de 1475: 13.º em Lisboa em 1476, nas quaes foi juramentado o infante D. Affonso: 14.º e 15.º em Montemor em 1476: 16.º em Lisboa em 1478.

D. João 2.º successor de D. Affonso 5.º, com quanto merecesse o titulo de *Principe perfeito*, em seo reinado, que foi de 14 annos só reunio Cortes trez vezes; mas não se lhe póde attribuir justamente o desejo de governar absoluto: porque só a opposição, que elle achou na maioria dos fidalgos, era bastante para lhe roubar todos os cuidados: mas, apesar disso, elle reunio Cortes em Evora em 1481, que se ultimaram em Vianna d'apar d'Alvito no anno de 1482: reunio mais as de Santarem no anno de 1483: e as de Evora em 1490: sendo verdade, que este rei declarou em plena Sessão de Cortes, *que o bem da nação era a primeira cousa, que se devia respigitar, e que por isso o seo mesmo paço não serviria de asylo para os criminosos: tão grande era o amor d'este monarcha pelo cumprimento da lei!??*

A' D. João 2.º succedeo seo primo D. Manoel, que reinando 27 annos, pelos immensos cuidados, que lhe suggeriam as novas conquistas, e descobertas, convocou tão somente Cortes quatro vezes; as primeiras foram as de Montemor, o Novo em 1495, nas quaes renderam-se á el-rei as homenagens do estilo pela sua subida ao throno, deram-se providencias sobre as taxas do commercio interno, e decretaram-se muitas outras leis proficuas, e salutaes: as segundas foram as de 1498, convocadas primeiramente para Evora, e ao depois trans-

feridas para Lisboa: as terceiras foram em 1499 convocadas em Lisboa: as ultimas foram tambem em Lisboa no anno de 1502. Foi n'este governo que se instituiram magistrados com o titulo de *Juizes de Fóra*. Apesar da tendencia, que n'este reinado já se patenteia para a conquista do poder absoluto, devemos dizer com verdade, que el-rei D. Manoel foi ainda um grande monarcha, porque foi justo, protegeo efficazmente o commercio, cultivou as letras, e muito as animou: finalmente, como ainda não estava de todo iniciado nos terriveis mysterios do poder absoluto, foi affavel, e humano.

Succedeo-lhe seo filho D. João 3.º, em tudo desigual á seo páe; pois, por isso que era muito mais ignorante, que aquelle, muito maior devia ser a sua propensão para o poder absoluto, mórmente tomando elle por seos alliados o *jesuitismo*, e a *inquisição*. Mas, não sendo possivel derribar de um só golpe o antiquissimo edificio da constituição politica do reino, deo-lhe D. João 3.º o primeiro ataque fatal, fazendo com que nas Cortes de 1525 se decretasse, que as reuniões das Cortes teriam lugar, *só de dez em dez annos*. Foram estas Cortes celebradas em Torres Novas, tendo sido primeiramente convocadas para Thomar; e nellas deo o povo 150 mil cruzados para o casamento da infanta D. Izabel. Em 1535, justamente dez annos depois das Cortes de Torres Novas, se reuniram outras em Evora, nas quaes o povo Portuguez, trahido por seos representantes, ainda offoreceo á el-rei 100 mil

cruzados. Para Almeirim foram convocadas as terceiras, e ultimas Cortes d'este reinado no anno de 1544, á fim de n'ellas ser juramentado o principe D. João; e n'estas ainda o povo dêo 50 mil cruzados. A' D. João. 3.<sup>o</sup> succedeo D. Sebastião, em cuja menoridade ficou na regencia do reino a Rainha D. Catharina, mas por pouco tempo, porque soffrendo a mais viva guerra da superstição, e fanatismo, mandou convocar as Cortes para Lisboa no anno de 1562, que acabaram em 1563, n'ellas se demittio da regencia, e a entregou ao Cardeal D. Henrique para a exercer, até que el-rei contasse 14 annos de idade. Durante a menoridade de D. Sebastião foi tudo a peor, porque o tempo tinha ido successivamente apagando os antigos estimulos da liberdade pela combinação simultanea das artes, que para isso de commum accordo tinham empregado o throno e a Igreja. D. Sebastião quando subio ao throno não se fez cargo de convocar Cortes; e por isso, pondo tributos, e os arrecadando sem o consentimento d'ellas, e commettendo muitas outras acçoens, próprias só de um arbitrario absolutista, com a mesma sua cavou a ruina do reino de Portugal.

O reinado seguinte do rei sacerdote (o Cardeal) tendo-se tão somente feito notavel por um novo accrescimo da superstição, intolerancia; hypocrisia, e baixezas, tendo preparado a venda do reino á Castella, como que o deixou em testamento á ambição de Filippe. Apesar de tudo isso o Cardeal chamou Cortes para Lisboa em 1579; e quasi já nos ultimos dias de

sua vida, tornou a convocar-as para Almeirim em 1580, mas quaes o fanatico, e imbecil hypocrita ultimou a desgraça dos Portuguezes, e a perfeita entrega do reino aos usurpadores de Castella. Cinco são as razões apresentadas por um habil patriota portuguez, que motivaram a usurpação dos Filippes desde 1580 até a restauração em 1640; a primeira, diz elle, foi a mesma felicidade das nossas conquistas em Africa, e Azia, que gradualmente foi enfraquecendo o reino, e perdendo as virtudes domesticas, trocando-as por luxos, e riquezas desconhecidas: a segunda, foi o *poder absoluto*, que nasceo, cresceo, e se educou no meio de nossas victorias, e do espirito geral das aventuras commerciaes, e militares: a terceira, foi a introdução de dous fataes inimigos no reino, a *inquisição*, e os *jesuitas*, á cargo dos quaes ficou a *horrorosa* empresa de estabelecer systematicamente entre nós a ignorância, e todos os terrores da superstição: a quarta, foi o quasi total abandono, em que o poder regio, auxiliado, e fortificado por todos os artificios da superstição, e jesuitismo, fez maliciosamente cahir a nossa representação nacional, principiando por metter grandes intervallos entre o seo chamamento, e acabando por exercer actos de authoridade, que, sem o consentimento das Cortes, se não podiam legalmente praticar: a quinta finalmente foi a desmoralisação geral, á que tinha chegado a nação por effeito de todas as mais causas, já por nós apontadas. Mas, apesar de tudo isso, tão grande, e tão reconhecido era o direito, que tinham os Portugue-

zes á serem governados constitucionalmente, que os mesmos usurpadores convocaram Cortes tres vezes; as primeiras para Thomar em 1581: as segundas para Lisboa em 1583: e as terceiras tambem para Lisboa depois de 1616: além de outras de 1633, das quaes não ha noticia exacta.

Os Filippes de Castella, depois de se terem á sua vontade fartado de maltratar, e empobrecer os Portuguezes, viram acabar em um só dia, e n'aquelle, que menos esperavam, todo o seu absurdo poder; e acharam uma resistencia, que o poder absoluto, e despotico sempre julga impossivel, em quanto ella lhe não batê a porta do serrado, em que vive, e d'onde expede seus decretos assassinos. Apareceo finalmente a feliz revolução de 1640, com que se operou a separação absoluta de Portugal com a Hespanha; a familia de Bragança he chamada por um só grito de todos os pontos de Portugal para vir occupar o throno Portuguez, e n'elle he collocado o Sr. D. João 4.<sup>o</sup>; com o que se prova, que as guerras dos povos com os reis, ou as das nações com as nações nunca procedem de outra causa, senão da violação dos interesses; e por isso todo aquelle, que quizer dominar os outros, ou viver em paz com elles he preciso que respeite os seus interesses: porque á não ser assim, ou o dominio, ou a paz infallivelmente se quebram. Este rei creado pelo povo, e por este sustentado, não podia principiar, sem se fortalecer com as formulas populares; e por isso quiz logo D. João 4.<sup>o</sup> identificar-se com o povo convocando Cortes: as primeiras para Lisboa

em 1641: as segundas também em Lisboa em 1642: em 1645 principiaram as terceiras em Lisboa, e se ultimaram em 1646: as quartas principiadas em Thomar em Outubro de 1653, ultimaram-se em Fevereiro de 1654. Foi então reconhecida a nomeação de D. João 4.<sup>o</sup>, e a independencia de Portugal pelas potencias da Inglaterra, França, e Hollanda, pelo tratado de 29 de Janeiro de 1642, feito entre Carlos 1.<sup>o</sup>, e D. João 4.<sup>o</sup>

D. Affonso 6.<sup>o</sup> ainda criança succedeo á seo pae D. João 4.<sup>o</sup>, ficando na regencia sua mãe a rainha D. Luiza, que entregou o governo á seo filho em 1662: o reinado d'este porém desagradou tanto geralmente, e elle por suas extravagancias, falta de capacidade, desacertos publicos, e finalmente por se não identificar com a Nação convocando Cortes, buscou por suas mãos a sua propria ruina: e com quanto concordasse em convocar Cortes para o 1.<sup>o</sup> de Janeiro de 1668, não teve por ultimo outro remedio, senão abdicar em fins de 1667. As Cortes de 1668 já foram chamadas pelo infante D. Pedro, que n'ellas prestou juramento para governar em nome de seo irmão, e se deliberou sobre o casamento da Rainha com o principe. Durante a regencia de D. Pedro; isto he, de 1668 á 1683 ainda se convocaram Cortes tres vezes; para Lisboa em 1674, nas quaes se estabeleceo a lei sobre o governo do reino, e a tutoria dos reis na sua menoridade, ou incapacidade: as segundas também para Lisboa em 1677, e por sua representação se expediram as pragmaticas de 25 de Janeiro

de 1677, e de 9 de Agosto de 1686: as terceiras finalmente em Lisboa em 1679, que se acabaram em 1680.

Pela morte de D. Affonso 6.º nos pagos de Cintra em 12 de Setembro de 1683, assumio D. Pedro o titulo de rei; uma vez empossado da corôa, entregou-se todo ás delicias do poder absoluto, porque no espaço de 23 annos de seo reinado apenas reunio Cortes uma vez em 1697, que duraram até o anno de 1698: e isso porque, como pelas Cortes de Lamego o filho do irmão do rei não podia succeder á seo pae, sem uma nova eleição, elle recorreo á este expediente, para constituir seos filhos herdeiros da corôa, o que conseguiu, sendo n'essas Cortes juramentado o Principe D. João, que por morte de seo pae passou ao throno sob o nome de D. João 5.º Foi n'este reinado que se deo o ultimo garrote ás liberdades Portuguezas; cavando-se por todos os modos a total ruina da nação; ruina sempre inevitavel, nos governos despoticos. Pelo longo espaço de 122 annos soffreram os Portuguezes, que existissem sepultadas no mais ominoso esquecimento as suas sempre tão presadas liberdades; á proporção que hia em augmento a hypocrisia, a estupidez, e a malversação, columnas, em que sempre se bazearam os governos despoticos, a apathia nacional marchava ao regresso com gigantescos passos: e aquelles mesmos portuguezes, sempre ciosos de seo nome, fama, e liberdade, na mais degradante lethargia soffriam os pesados ferros, que lhe roxeavam os pulsoes. Todas as enormes massas de preciosida-

des havidas do Brasil, e da Africa; foram poucas para erigir conventos, cevar mil bonzos, fumentar, e dar corpo ao luxo de uma corte devassa, estúpida, e ociosa; prenhes cofres se esgotaram em comprar bullas á corte de Roma: entretanto o commercio, a industria, e a lavoura gradualmente definhando acarretavam a infallivel quêda da opulencia nacional. Nem se queira trazer por aresto o ministerio de Pombal, para dar algum colorido ao terrivel, e sempre abominavel governo absoluto; sempre as excepções confirmaram as regras: e assim como na natureza das cousas não pôde haver um todo absolutamente perfeita, assim he muito possível que se divulgue alguma pequena parte bôa no meio da immensidade de aliquot as más. Olhe-se para o governo de D. Pedro 2.<sup>o</sup>, D. João 5.<sup>o</sup>, D. Maria I., e D. João 6.<sup>o</sup>, e veja-se se será comparavel a bondade do ministerio de Pombal com os immensos males, que estes terriveis governos acarretaram á nação, fazendo-a de um mancebo oppulento um decrepito sexagenario.

Mas não era possível, que expirasse de todo nos corações portuguezes o heroico incentivo da liberdade; no meio dos horrores da inquisição caladamente se nutria, e conservava essa planta celeste, que em 1820 montando as trincheiras do absolutismo, se ostentou frondosa no meio do novo Portugal. Então se vio clarissimamente o que he a natureza de um governo absoluto; o qual, como seja essencialmente dissipador, e infructifero, se alguma vez produz um ou outro bem, não he isto d'elle.

um effeito necessario, mas uma casualidade sempre dependente do caracter do despota, ou do homem, que em seo nome illimitadamente governa. Não accontece porém o mesmo nos governos logaes, ou constitucionalmente governados, porque a essencia d'elles he serem sempre productivos, e economicos, e isto pela razão mui simples de que os governados, e governantes estão sujeitos á lei, e não podem dar um passo, sem que á seo lado caminhe uma severa responsabilidade. Hoje, portanto, que o Povo Portuguez gosando seos direitos politicos, exerce toda a sua soberania, e já póde dizer que tem patria; hoje que uma virtuosa Rainha empunha o sceptro, e de seo excelso throno maneja as redeas do governo: hoje que a liberdade portugueza existe garantida, e sancionada pela liberal Constituição de 4 de Abril de 1838: convém, que ligados nos mais estreitos laços de amizade, e reunidos em um só corpo todos os Portuguezes prestem seo contingente para a acquisição de toda prosperidade nacional, tomando por seo norte, e tendo só por divisa —

## PATRIA, CONSTITUIÇÃO, MONARCHIA, E LEI.

*Voltaremos ao assumpto.*

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ACTUAL  
ESTADO POLITICO DE PORTUGAL.

As relações que prendem o Brasil a Portugal, não são as de simples, e banal amizade estipulada nos tratados, tão facéis de quebrantar ou illudir quando elles não convêm aos interesses das nações, ou quando tal he o capricho dos governos; outras mais fortes e duradouras formam o laço, que liga as duas nações. Não houvesse um tratado de amizade e commercio entre o Brasil e Portugal, apesar d'essa falta os Brasileiros seriam amigos e entreteriam activo commercio com os Portuguezes: não póde a diplomacia quebrar relações de sangue, nem as que estabelece são mais fortes do que estas, e ha apenas dezeseis annos que somos independentes, e o pequeno espaço de dezeseis annos não basta para extinguir a amizade de dous povos, um dos quaes he oriundo do outro. Existem em Portugal nossos irmãos; elles gemem, e aos seus gemidos não seremos surdos. Os Brasileiros, carpiremos com elles os males, que affligem sua patria, e n'esse donativo de lagrimas conhecerá o mundo, que a prosperidade da nação portugueza nos não he indifferente, a nós que somos seus filhos, que partilhamos outr'ora suas desgraças, que militamos sob as mesmas bandeiras no prelio entre o despotismo e a liberdade. Separaram-se as nações. — que seu bem-estar assim o exigia; — mas ha ainda hoje um sentimento no coração, que nos faz olhar a um Por-

tuguez, como um irmão da mesma tribo, cuja família se foi estabelecer em alguma região: portanto, o estado politico de Portugal interessa mais que muito os leitores Brasileiros.

Desde 1820, Portugal pugna pela liberdade; desde 1820, a liberdade foge o reino que tanto sublimaram aquelles Portuguezes, cuja gloria, por não caber no mundo conhecido, hia descobrir novos mundos, affrontando desconhecidos mares, e assim dilatavam elles a patria — que nas quatro partes do mundo tremolavam as quinas, que nas quatro partes do mundo os Portuguezes encontravam Portugal. Esse edificio gigantesco, cimentado com o sangue portuguez, foi derrocado pedra por pedra pela mão estúpida de governos corrompidos e tyrannos, e Portugal cahio do fastigio da gloria para abismar-se na miseria, e na degradação das nações escravas! Oh! como he incompreensivel o dedo da Providencia! — quão despreziveis são os governos corrompidos! A corrupção lavra, vai ás ultimas classes, enerva os homens e os torna escravos! Governos tão pequenos não podiam com o peso de tanta gloria, e em seos espiritos era um crime fazer o que fôra a Luzitania, exprobrar-lhes a infamia de seo procedimento.

Os homens de talento, e de conselho exilaram-se de sua patria, para não soffrer as perseguições, que se não poupavam aos que eram homens e se gloriavam de descender dos heróes lusos: a séde da monarchia vio-se viuva de seos reis, pranteou a abjecção em que a lançavam os conselheiros de palacio. Oh! que

brados então se davam ás margens do Tami-za! esses brados achavam fracos ecos no Te-jo, que já se não lembrava, que em seo leito se prepararam essas armadas invencíveis, que domavam os mares, que hiam á terras longin- quas levar a lei de Christo, e com ella a ci- vilisação!

Ó systema de corrupção não parou: el-rei D. João VI, dotado de excellente coração, mas perversamente aconselhado, de espirito fraco, deixava que em seo nome obrassem os minis- tros conforme lhes aprazia, e a acção d'esses ministros foi o tufão assolador, que queimou e destruiu a monarchia. Ministros de facinoras- quinhas vistas, em vez de amanharem o veneno para nelle fructificarem as idéas novas, tive- ram o arrojo de fazer-lhes opposição. Loucos! não viam o volcão sobre que finham os pés, e, quando menos o pensaram, uma revolução bradou-lhes ao ouvido: — Vosso imperio está extinto; resurgem novas eras: Portugal será Portugal, levantar-se ha ao pó em que o lan- castes para imprimir-vos no rosto o ferrete da infamia, para mostrar-vos ao mundo, como bas- tardos dos heróes portuguezes!

Foi essa uma quadra em que o espirito pareceo querer libertar-se da oppressão: el-rei tornou a Lisboa, onde se juntaram os esco- lhidos da nação para organisarem o pacto so- cial. Essa época está muito gravada em nossa lembrança; mas não entra em nosso proposito esboçar-lhe os traços, nem cabe em um pe- queno artigo de periodico contar os erros dos apóstolos das novas idéas, nem entrar nos ma-

nejos dos aulicos para reassumirem o poder, que de facto reassumiram. O despotismo com todos os seus abusos espreitava a oportunidade de empolgar a presa que havia largado. Morre el-rei, D. Miguel sobe ao throno, como logar-tenente de seo irmão, então imperador do Brasil, que espontaneamente abdica a corôa portugueza em favor de sua filha, a Senhora D. Maria da Gloria, a qual devia de ser esposa de seo tio, e levar-lhe em dote a corôa portugueza. Outras eram as vistas de D. Miguel: de posse do throno, faz declarar que a corôa lhe pertencia por direito, acclama-se rei, governa despoticamente.

Resôam ainda os gritos das victimas que esse rei sacrificou em holocausto ao despotismo; correo o sangue em todas as cidades do reino, — sangue puro portuguez, — e aquelles que poderam escapar á sanha do tyranno, sofreram em terras estrangeiras os amargôres do exilio. Essa pagina da historia portugueza será escripta com o sangue dos martyres; esse quadro he luctuoso e se beja para mostrar que a obra dos máos governos não se repara facilmente, que o povo corrompido pelos governos não se regenera em breve espaço, sem que circumstancias extraordinarias concorram para isso.

(Continuar-se-há.)

(Do Chronista.)

## ARMAS.

Chegamos a parte mais importante dos fastos da Nação Portuguesa. As armas, sim, as armas do brioso povo de Ulisses, estas, que por tantos tempos, e occasioens fizéram tremer o Turco forte, o Gallo ouzado, e o Hespanhol teimoso, são as que agora occupam nossa rude penna. Temos desmasiado arrêjo, quanto ao depois de Barros, de Freire, e do melifluo Camoëns, ainda nos atrevemos a fazer algum panegyrio ás armas, por tantas vezes cantadas pelos primeiros genios, com quem se esgotou a prodiga natureza; mas, si quando nós damos, quanto possuímos, temos o prido com o nosso restricto dever, esses grandes herôes de egregios feitos, consentirão, que os RR. do Portuguez, unicamente para estimulo de gloria, apresentem aos Portuguezes do seculo 19, seus actos de valor, com que ennobrecêram seus nomes, engrandecêram seu paiz natal, e montando as azas da fama, pudéram ganhar assento no templo da gloria, e da perpetuidade.

Por todos os maiores guerreiros de todas as naçoens foi sempre respeitada a espada Portuguesa; Castros, Albuquerque, Silveiras, e Attaides, já foram tão respeitadas, quanto de Alexandre o forte braço: e impavidos arrostando os perigos das estradas. Nenhuma victoria demandáram em desconhecidas plagas. Não menos sobre a tona das agoas se fez terrivel a espada Portuguesa; e si no campo de Ourique, e em Salado os Mouros reconheceram o valor Portuguez, e o furor das espadas de Affonso 1.º, e 4.º: não menos reconheceram esse denodo os Francezes, e os Turcos, quando, aquelles em 1509, e estes em 1717 tiveram de experimentar sobre as ondas o furor do nobre orgulho portuguez. Parece, que outr'ora o coração luzo era insaciavel de gloria, e de triumphos, para as suas armas não havia perigo ensur-

montavel : á seos olhos não havia exercito inven-  
civel : á seo coração não havia risco receavel : e  
á seo braço victoria difficil : os Chabrias , os Age-  
lisãos , os Pelopidas , os Alexandres , e os Ceza-  
res da antiga idade , se tinham reproduzido em  
Monizes , Alvaros , Nunos , Pachecos , e Affonsos :  
e mesino aquelle , que fez tremolar as aguias nas  
piramides do Egypto , tendo podido vencer quasi  
a Europa inteira , vio com desgosto as vergonho-  
zas refiradas de Junot , e Massena , e a grande  
derrota de suas aguerridas falanges. Pode se dizer,  
que todas as 5 partes do mundo tem experimen-  
tado o fio da espada portugueza ; os monarchas  
do universo já procuráram anciosos a portugueza  
alliança : seos feitos na Africa , suas victorias na  
Asia , e os prodigios na America , desnecessario he  
innumerar : e si quizermos então discrever o gran-  
do afinco , e esmero com que sempre soubéram de-  
fender os seos ternos patrios , bastará só dizer ,  
que os Hespanhões , que se julgáram por muito  
tempo com direito á Portugal , ora no todo , e ora  
em parte , só na guerra da gloriosa acclamação  
perderam 6 grandes batalhas , além de quinze já  
perdidas em differentes épocas : Amexial , Castelo  
Rodrigo , Telena , Lissas , Elvas , Montes Claros ,  
além de Valverde , Aljubarrota , e muitos outros  
lugares , testemunhas fidedignas das verdades , que  
acabamos de expender : e se não fosse inteiramen-  
te ocioso recontar aquillo , e que existem pre-  
nhes todas as historias , nós enumerariamos mui-  
tos outros triunfos , que são outros tantos brazões  
para o brioso povo , que tambem os soube ganhar ,  
e fazer seos tributarios immensos , e poderosos  
reis. Por tanto , Portuguezes , quem vence os ven-  
cedores de Badajoz , quem se cobre de tão repe-  
tidas glorias , e quem avassala monarchas , não  
deve dismerecer um momento de sua alta cathe-  
goria. Si o poder absoluto foi capaz , sim por tem-  
pos , de vos entorpecer as virtudes civicas , e o  
vosso tão reconhecido valor , seja o actual gover-

no liberal capaz de fazer renascer em vossos corações aquelle amor da gloria, com que por tantas vezes glorifistès vosso nome além das estrelas. He só com a união, que as nações se opulentam, e subsistem; d'ella nasce toda a força física, e moral: sem ella desaparece o patriotismo, base da prosperidade nacional: sêde por tanto unidos!! armas, e mais armas contra os invasores de vossos terrenos, e direitos!... amizade, e mais amizade para ligar na melhor harmonia todos os irmãos Portuguezes, dirigindo-se todos ao fim da mutua prosperidade, sendo a bussola de vossas acções patriotismo, e virgude.

*Os RR. do Portugal.*



## ANNUNCIO.

**Os RR. do — PORTUGUEZ —** participam á todos os Srs. Assignantes, que cada 3.º numero do Portuguez ha de formar um volume, e por isso no 3.º numero sahirá um Indice das materias de todos tres. Outro sim annunciam, que estão promptos á permutar o seo periodico com todos os Srs. Redactores do Imperio do Brasil, e com os de Portugal, á quem mui positivamente se recommendam, para cujo fim desde já enviam aos mesmos Srs. o primeiro numero do seo Periodico.

# ERRATAS.



No frontispicio em lugar da epigrafe, que nelle se acha, deve ser —

A Religião he a alma das Nações ;  
e qualquer fórma de Governo faz a  
ventura dos povos, quando á aquel-  
le, preside o necessario credito, e jus-  
tiça : á estes, os bem formados cos-  
tumes.

Pag.	Erros.	Emendas.
5	permenores	pormenores
6	póde	póde
8	Naçoens, proporcional- mente	Naçoens, que devido.
9	divido	pormenores
16	promenores	nemhum governo he
19	governos existem me- nos não	coisa o Democratico nos
28	na	Galipoli.
30	Galipeli	causas
54	Cousas	provinciaes
66	Bancos provincias	reveste
73	reverte	á
75	o	legitimos
79	legitimo	Atouguia
81	Atouguia	Na
84	na	Cintra
86	Centra	segunda
87	primeira época	convocaram
91	conservaram	exposição
92	opposiçãõ	iniquas
96	iniqua	Arronches
104	Arronches	perfeito
111	perfeita	terrenos
111	ternos	